

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 22 DE OUTUBRO DE 2008

NÚMERO 5.952

16ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente

Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Professora Odete de Jesus

Silvio Dreveck

**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Professora Odete de Jesus

**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Professora Odete de Jesus

**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Professora Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 19521952**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 044ª Sessão Solene da  
16ª realizada em 20/10/2008.....2  
Ata da 080ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 21/10/2008.....8

**Publicações Diversas**

Ata de Comissão Permanente.....  
.....23  
Ata da Procuradoria.....23  
Extrato.....24  
Projetos de Lei.....24  
Projetos de Lei Complementar ....  
.....27

**PLENÁRIO**

# ATA DA 044ª SESSÃO SOLENE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

PASSAGEM DOS 56 ANOS DE  
CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE  
PROFESSORES E HOMENAGEM AO DIA DO  
PROFESSOR

**SUMÁRIO**

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** -  
Homenageia os professores pela passagem do  
seu dia.

**SECRETÁRIO PAULO BAUER** - Comenta a  
educação no estado de Santa Catarina.

**PROFESSORA LORITA MANSKE CLAUBERG** -  
Agradece as homenagens recebidas.

**PROFESSORA JESSI HELENA JOSTEN DE  
OLIVEIRA** - Discorre sobre a história da  
Associação Catarinense de Professores.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Parabeniza  
os professores pelo seu dia e aborda as  
perdas salariais da categoria.

O SR. DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI - Invocando a proteção de  
Deus, declaro aberta a presente sessão  
solene.

Convido a excelentíssima sra.  
deputada Professora Odete de Jesus para  
acompanhar as seguintes autoridades que  
farão parte da mesa principal:

Excelentíssimo senhor Paulo Bauer,  
secretário de estado da Educação, neste ato  
representando o governador do estado de  
Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor professor  
Álvaro Toubes Prata, magnífico reitor da  
Universidade Federal de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhora professora Jessi Helena  
Josten de Oliveira, presidente da Associação  
Catarinense de Professores;

(Palmas)

Senhora Marisa Batista Tomás,  
presidente do Conselho Fiscal da Associação  
Catarinense de Professores;

(Palmas)

Senhora Rainildes Müller de Moraes,  
coordenadora do Departamento dos Aposentados.

(Palmas)

Senhora deputada Professora Odete  
de Jesus.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sra.  
deputada, senhoras e senhores, a presente sessão  
solene foi convocada por solicitação da Mesa Diretora,  
com a aprovação dos 40 deputados que integram  
esta Casa, em homenagem à Associação Catarinense  
de Professores, pela passagem dos seus 56 anos de  
criação e também pela passagem do Dia do  
Professor, no último dia 15.

Neste momento, teremos a  
interpretação do Hino Nacional pelo coral da  
Assembléia Legislativa, juntamente com o coral da  
Associação Catarinense de Professores, sob a  
regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)  
(Palmas)

Queremos registrar ainda a presença  
entre nós das seguintes autoridades:

Senhora Dalila Leal, vereadora do  
município de Joinville;

Senhora Carmelina Barjona,  
vereadora do município de Joinville;

Senhor tenente-coronel Luiz Henrique  
Dutra, neste ato representando o comando-  
geral da Polícia Militar do estado de Santa  
Catarina;

Senhora Zelir Isabel Ângelo, pre-  
sidente da Beneficência e da Fundação Casa  
do Professor;

Senhor Darcy Laske, secretário  
executivo, neste ato representando o sistema  
Acafe;

Professor Pedro de Souza, gerente  
de ensino médio da secretaria de estado da  
Educação, neste ato representando o  
deputado federal Edinho Bez.

Demais autoridades que porventura  
não se tenham apresentado ao protocolo,  
solicitamos que o façam para que possamos  
registrar a presença de todos.

Convido ainda para compor a mesa o  
professor Rodolfo Pinto da Luz, secretário  
municipal da Educação, neste ato representando  
o prefeito do município de Florianópolis.

(Palmas)

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Quero, com muita alegria, saudar todos os meus colegas professores neste dia muito importante. Na verdade, o Dia do Professor é todo dia.

Quero saudar também o presidente desta sessão, o brilhante parlamentar Joares Ponticelli, presidente da Escola do Legislativo, que neste ato está representando o Poder Legislativo.

Também quero saudar o excelentíssimo sr. Paulo Bauer, secretário de estado da Educação, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador do estado, Luiz Henrique da Silveira;

Saúdo o excelentíssimo professor Álvaro Prata, magnífico reitor da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina;

Quero saudar também a brilhante professora Jessi Helena de Oliveira, presidente da Associação Catarinense de Professores; a sra. Mariza Batista Tomaz, presidente do Conselho Fiscal da Associação Catarinense dos Professores; a sra. Rainildes Müller de Moraes, coordenadora do Departamento de Aposentados, e também o excelentíssimo sr. professor Rodolfo Pinto da Luz, secretário municipal de Educação, que neste ato representa o sr. prefeito do município de Florianópolis.

Caros colegas, digo assim porque esta deputada também é professora, quero falar a todos sobre o grande valor desses profissionais que merecem ser reconhecidos.

(Passa a ler.)

"A alma de qualquer instituição de ensino é o professor. Desde os primórdios da cultura grega, o professor se encontra em posição de vital importância para o amadurecimento da sociedade e difusão da cultura.

Educador... Que missão magnífica! Que carreira privilegiada, poder contribuir na formação do caráter da história dos cidadãos.

Sabe-se da desvalorização financeira dessa profissão, batalha que deve ser travada junto aos órgãos governamentais, no campo de guerra competente, mas não na sala de aula.

Precisamos de um salário digno, de capacitação, de tempo para preparar nossas aulas com qualidade.

Também como professora, ao longo de quase 34 anos, lecionei em escolas..." Inclusive está presente aqui uma das minhas colegas de Caçador, a professora Ivanir. Lecionamos por longos anos na escola estadual Paulo Schieffler, em Caçador, o maior colégio estadual de lá, e diga-se de passagem, concorri às eleições para a direção daquela escola e venci por seis votos.

Lecionei, caros colegas, sr. presidente e senhores componentes da mesa, em várias escolas nos municípios de Caçador, Matos Costa, e por esses municípios afora, por isso conheço muito bem os caminhos no magistério.

(Continua lendo.)

"O grande valor social do professor deve ser reconhecido, não somente através de homenagens como esta que presenciamos na noite de hoje, como também através de leis e ações vindas das esferas governamentais, porque um país que não investe em educação, que não valoriza os seus professores e não oferece condições para que suas crianças e adolescentes estudem, simplesmente não evolui!

A regulamentação do piso salarial profissional nacional, através da Lei n. 11.738, editada no dia 16 de julho passado, representa um grande avanço para a classe, embora não atenda todas as suas reais necessidades. É um sonho que vem sendo acalentado desde 1827, mas ainda não corresponde às nossas expectativas reais, às nossas aspirações, simplesmente porque não atende às nossas necessidades materiais. Porque todos sabem que para nos alimentarmos, pagarmos aluguel, nos vestirmos e investirmos nos cursos de aperfeiçoamento, precisamos desses recursos.

Precisamos nos valorizar, unir forças, para que este piso seja implantado também em Santa Catarina, sr. secretário Paulo Bauer, meu colega, porque é um homem que continua deixando as marcas de um excelente homem público!"

(Palmas)

Eu tenho que dizer a v.ex.a., permitam-me agora abrir um parêntesis, que foi o único secretário que deu ouvidos a esta deputada. Eu sou uma deputada que cobra, porque dos meus projetos eu cuido como uma criança, e quero vê-los crescer e dar frutos. Eu cobre de v.ex.a. e o senhor perguntou sobre o cursinho pré-vestibular gratuito, ao que eu respondi: Secretário, o cursinho está aí. E ele disse: "Deputada, vamos implantá-lo!"

Eu quero dizer para todos que isso aconteceu numa quarta-feira, na reunião da comissão de Finanças, deputado Joares Ponticelli, e ele atendeu na quinta-feira os diretores do Instituto Estadual de Educação, que logo em seguida me ligaram, e na sexta-feira à noite eu fui até lá ministrar a aula inaugural de implantação do cursinho pré-vestibular gratuito.

Esperei cinco anos, mas isso agora se concretizou, e eu quero agradecê-lo de público, perante os meus colegas, porque v.ex.a. cumpriu o seu compromisso.

Eu estava ao seu lado ali e falei sobre o piso salarial profissional nacional, que é um sonho de toda a classe do magistério, e tenho certeza de que v.ex.a. levará avante o nosso posicionamento ao governo do estado, porque a governadora de Porto Alegre iniciou, deputado Joares Ponticelli, um movimento para abortar e engavetar essa lei. Mas nós estamos unidos e não vamos admitir que essa lei, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva - e quero também exaltar que o vice-presidente do meu partido, José Alencar, também deu a sua contribuição -, seja abortada e engavetada.

(Palmas)

Isso tudo, senhores, é para resgatarmos a nossa dignidade. A situação de injustiça, hoje vivenciada pela classe de professores extrapola o que se passa nas salas de aula, e cai na perigosa malha da violência.

Quantos de nós, professores, fomos ou seremos vitimados pelas mãos que ensinamos a contar e a escrever, mas que nos açoitam, impunes, ou nos matam? Somos vítimas da selvageria de alguns, e da inconseqüência de outros. Por isso precisamos nos mobilizar com urgência, com a mesma urgência que temos que ensinar e formar cidadãos de bom caráter.

Neste momento que nos é dedicado, quero prestar as minhas sinceras homenagens e lhes oferecer minha solidariedade enquanto cidadã, professora e parlamentar, no sentido de fortalecer-lhes as reivindicações; de lhes oferecer a minha respeitosa e amiga reverência pela comovedora profissão que escolhemos: a de construir, repito, ou pelo menos tentar construir homens de melhor caráter e sabedoria, e acima de tudo, cidadãos do bem!

Eu protocolei nesta Casa, em homenagem a todos os meus colegas parlamentares - inclusive o secretário já deu uma olhadinha - um projeto de lei que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a adotar nas escolas públicas da rede de ensino médio e superior o uso de microfone durante as aulas ministradas pelos professores.

Eu lecionei, e a colega Ivanir que está aqui presente é testemunha que nós usamos muito a nossa voz. Muitas vezes as turmas são enormes, e nós contraímos doenças nas cordas vocais. Eu digo nós, porque me incluo e muitas vezes fiquei sem voz.

Quero ainda deixar os meus parabéns à Associação dos Professores, sob o comando dessa brilhante mulher, a presidente Jessi, que nós sabemos que já foi presidente, e foi reconduzida outras vezes. Existe aquele ditado que diz que em time que está ganhando, vencendo, inovando, evoluindo, prosperando, não se mexe.

Quero parabenizar a brilhante colega Jessi que novamente foi reconduzida à função, e desejar a todos parabéns pelo Dia do Professor, dia 15 de outubro. O nosso dia é todos os dias, porque o professor continua ensinando e eu como professora continuo ensinando. Nós ensinamos, orientamos, então, o professor carrega uma marca: a de ensinar todos os dias. O professor segue o Mestre Divino, que nunca se cansou de ensinar.

Parabéns por esta homenagem! Parabéns à Mesa Diretora! Parabéns ao deputado que preside esta sessão e que também é professor! Um abraço bem grande e que Deus abençoe a todos!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - A Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Major bombeiro Carlos Charlie Campos Maia, neste ato representando o comando geral do Corpo de Bombeiros do estado de Santa Catarina;

Senhor Rafael Laske, jovem prefeito eleito da cidade de Joaçaba, que ainda deixa seu pai, Darcy Laske, mais orgulhoso nesta sessão solene. Seja bem-vindo;

Senhor Felipe Ghisi, filho do saudoso deputado por dois mandatos nesta Casa, cinco vezes deputado federal, ministro do Tribunal de Contas da União por 15 anos e grande amigo da Associação Catarinense dos Professores, Adhemar Ghisi, que lamentavelmente deixou o nosso convívio neste ano, exatamente o ano em que comemoraríamos o cinquentenário da sua brilhante vida pública.

Seja bem-vindo e receba a nossa homenagem ao saudoso ministro Adhemar Ghisi;

Com a palavra o sr. Paulo Roberto Bauer, secretário de estado da Educação.

O SR. SECRETÁRIO PAULO ROBERTO BAUER - Boa-noite a todos.

Desejo saudar o excelentíssimo deputado estadual e também professor Joares Ponticelli, que preside esta solenidade;

Professor Rodolfo Pinto da Luz, secretário municipal da Educação, neste ato representando o prefeito de Florianópolis, e também presidente da Undini e membro do Conselho Estadual da Educação;

Professor Álvaro Toubes Prata, magnífico reitor da UFSC;

Professora Jessi Helena Josten de Oliveira, presidente da Associação Catarinense de Professores, entidade que é homenageada nesta solenidade;

Professora Mariza Batista Tomaz, presidente do Conselho Fiscal da associação;

Senhora Rainildes Müller de Moraes, coordenadora do departamento de aposentados;

Senhora deputada Odete de Jesus, também professora, que muito honra os professores com o seu trabalho e dedicação nesta Casa e em favor de toda Santa Catarina;

Senhoras e senhores presentes já mencionados pelo protocolo.

Sinto-me muito feliz em participar deste evento e desta solenidade, representando o governador do estado Luiz Henrique da Silveira, que me pediu que transmitisse a todos o seu abraço pessoal.

Na condição de secretário não pretendo aqui fazer um discurso, um pronunciamento, apenas colocar algumas observações que certamente podem contribuir para que possamos refletir um pouco a respeito da atividade do professor, a respeito da educação em nosso país e, principalmente, sobre a comemoração do aniversário de mais um ano de trabalho da associação.

Todos nós sabemos que o Brasil é um país muito jovem, talvez o mais jovem de todos os grandes países do mundo, com seus poucos mais de 500 anos de existência e de história.

Quem começou a educação em nosso país foram os jesuítas, e o fizeram com o apoio do governo, na época do reinado português, e conviveram com grandes dificuldades. Fizeram isso inspirados na palavra de Deus e suportados pela fé cristã.

Com a vinda de dom João VI ao Brasil tivemos a nossa primeira universidade, e isso foi ali logo no início do século XIX. Portanto, se analisarmos a educação no nosso país, somos ainda mais jovens do que a nossa história o é.

Nós anos 60, mais precisamente no final dos anos 50 e início dos anos 60, vimos um país sustentar-se no ensino religioso, no ensino praticado por escolas confessionais, no ensino promovido por escolas comunitárias. Não existia, então, a figura do ensino público como hoje é conhecido. Nos anos 60 é que começamos a viver com o ensino público, tanto federal quanto municipal e também estadual. Não poderia ser diferente porque nos anos 60 já comemorávamos quase 40, pouco mais, quase 50 anos de República, e uma República tem que ter ensino público e gratuito em todos os níveis.

E aí, obviamente, por pressão política, da própria sociedade, por consciência política dos homens públicos, por governos que se sucediam baseados no apoio político à educação, passou a ser assunto de governo e como tal a cada governo merecia um tratamento, merecia uma diretriz, merecia um tipo de ação diferenciada. Digo-lhes com toda segurança que até poucos anos atrás, dez talvez, não mais que isso, educação neste país era assunto de governo, ainda não era, devido a toda essa história, assunto de estado. E educação só se faz grande, só se faz avançando, só se faz com isenção, só se faz com qualidade no dia e no momento em que se transforma em assunto de estado, não importando quem seja o governante, de que ideologia e em que condições governe.

É preciso que a educação se transforme, como hoje, graças a Deus, já começamos a perceber, num assunto de todas as ONGs, num assunto de todos os governos, em todos os níveis, de todas as linhas e correntes ideológicas, num assunto das entidades, sejam elas da imprensa, da economia, da igreja ou apenas entidades sociais. Enfim, quando a educação passa a ser um assunto de toda uma sociedade, dos formadores de opinião, da situação e da oposição, nós começamos a ter uma educação igual.

E eu posso lhes dar um testemunho de que hoje já vivemos esse tempo. Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ao Congresso Nacional a proposta do novo piso salarial para todos os professores deste país, nenhuma voz de nenhum secretário de estado, de nenhum governador, de nenhum parlamentar, senador ou deputado, levantou-se contra em qualquer lugar deste país. E por quê? Porque já estamos vivendo essa fase de educação ser assunto de estado.

Olhem, é preciso fazer algumas observações, vivemos um momento muito grandioso quando se elaborou a Constituição Federal de 1988, inserindo nela 25% de recursos para a educação municipal, igual número para a estadual e 18% para a federal.

Foi um momento de glória para a educação brasileira! Mas também tivemos, a partir daquele momento, grandes conflitos sindicais, ideológicos, que fizeram com que se tivesse que discutir cada dia mais o que era papel do governo, do estado, do professor, da educação, o que poderia ser feito com o recurso disponibilizado em seu favor.

É evidente que as dificuldades foram se vendo vencidas e hoje encontramos, dentro desta unanimidade que coloca a educação como assunto de interesse nacional, prioritário e caminho único, finalmente consciência de todos para o desenvolvimento; encontramos empresários falando de educação; encontramos donas-de-casa falando de educação; encontramos políticos que nada conhecem de educação informando-se a respeito dela; encontramos, felizmente, governo em todos os sentidos que procuram preservar políticas que tenham seqüência e não apenas consequências, muitas vezes negativas.

É preciso, portanto, dizer, deputada Professora Odete de Jesus, que nós vivemos, finalmente, um novo tempo, no qual o ensino público convive com o privado e com o comunitário, confessional em harmonia, sem disputas, procurando cada um cumprir o seu papel. Precisamos, deputado Joares Ponticelli, talvez ainda fazer um esforço adicional para identificar melhor as competências: o governo federal com a sua competência constitucional de fazer ensino universitário, o poder estadual com a sua competência constitucional de promover o ensino médio profissionalizante e o poder municipal na promoção do ensino fundamental e no pré-escolar. Se isso tornar-se um pouco mais claro, um pouco mais praticado em nosso país, com certeza nós vamos avançar.

Quando olhamos para os anos 60 percebemos que houve um aumento extraordinário de servidores públicos em toda a máquina estatal, principalmente na área do Magistério. É óbvio que, hoje, a questão da remuneração dos aposentados da Educação sempre começa a transformar-se em debate, em conflitos, em dúvidas e em questionamentos, mas com providências como esta que adotamos em Santa Catarina da criação do Iprev, que vai cuidar daqui para frente dessa questão, garantindo aos que estão aposentados todos os direitos, toda a paridade com os que estão no trabalho, sem perda de qualquer direito e qualquer conquista, obviamente que estamos desenhando o futuro.

Senhoras e senhores, um dia haveremos de ter os 25% da educação para a educação que se faz efetivamente, e haveremos de ter todos os que atuaram na educação e os que estão atuando no exercício pleno dos seus direitos, mesmo que já no usufruto da aposentadoria.

Eu tenho certeza de que essa análise, essa reflexão, encaminha-nos a todos a uma constatação: é preciso perseverar, é preciso prosseguir, é preciso unir forças. E, obviamente, unir forças através de entidades como a Associação Catarinense dos Professores, que hoje é aqui homenageada, como outras instituições que se articulam e querem contribuir. Não as que atrapalham ou querem atrapalhar, mas as que querem contribuir é indispensável que elas existam.

Professora Jessi, parabéns pelo aniversário da associação, pelo seu trabalho e de toda a sua diretoria, que nós sabemos ser de grande valor para a categoria. E digo, deputada Professora Odete de Jesus, não haverá da parte do governo de Santa Catarina, tampouco de todos os secretários do país, através do Consed, entidade que eu integro, qualquer movimento para reduzir um centavo que seja o novo piso salarial. Não houve e nem há essa intenção em nenhum momento. Existe, sim, uma grande dificuldade que eu posso apresentar e todos haverão de compreender.

Na mesma lei que o presidente da República enviou ao Congresso para estabelecer um novo piso, tão-somente um novo piso, aduziu-se um artigo que diz que também a hora/atividade deve ser aumentada. Nada contra que a hora/atividade seja aumentada. Entretanto, em Santa Catarina ela representa - pulando de 20% para 33% do tempo - um acréscimo, só na rede pública estadual, de mais de 7.500 professores. Se acrescentarmos todos os que são necessários na rede municipal, com certeza teremos um custo adicional impressionante, que vai dificultar a implementação mais rápida desse piso nacional de salário que queremos implantar em Santa Catarina, que aqui não é difícil.

A bem da verdade, quero dizer-lhes que bastam apenas alguns ajustes e nós teremos feito. O governador Luiz Henrique já disse que deseja fazê-lo. Entretanto, vários secretários de estado do país reivindicaram que o governo federal analise e reanalise a questão da hora/atividade. Por quê? Porque efetivamente ela precisa ser revista, para ser implantada, sim, mas numa condição diferente.

Porque venho dizer-lhes, para refletirem, se no estado nós temos um contingente de professores aposentados - e muitos, quase a totalidade dos presentes aqui o são -, que recebem 42% de toda a folha da Educação, e são em torno de 23 mil aposentados, no município isso não acontece nessa proporção.

Então, é preciso, pelo menos nos municípios mais novos, readequar essa questão da hora/atividade para dar condição de prática à intenção governamental, política e social de melhorar a condição de remuneração do professor, até porque nós não temos condição, efetivamente, de manter os níveis que temos hoje, competindo num mercado que leva profissionais para outras áreas, se não remunerarmos bem aqueles que ensinam, os profissionais das mesmas, que certamente vão garantir a viabilidade econômica no futuro.

É preciso, sim, fazer mais, é preciso que todos queiram fazer a sua parte, é preciso que se continue fazendo com que a educação seja um assunto de estado, que tenha a presença, a colaboração e a participação de todos.

Eu me empenho tanto quanto possível para cumprir a minha missão, assim como também esta Casa, a Assembléia Legislativa, tem dado demonstrações seguidas de apoio, de esforço, de empenho para valorizar a educação, assim como, tenho certeza, a Associação Catarinense o faz e todos os senhores e as senhoras, especialmente os homenageados nesta data, fizeram a vida toda e continuarão fazendo.

Meus parabéns a todos, felicidade, muito obrigado pela oportunidade e parabéns à Assembléia Legislativa pela iniciativa!

(Palmas)  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Neste momento teremos a apresentação do poema *Simplesmente Mulher*, por Heralda Víctor.

A SRA. HERALDA VÍCTOR -

"Mulher, simplesmente Mulher!  
Mulher brasileira!

De todas as raças, de todas as classes,

De todos os credos, ou estrangeira...  
Mulher operária, mulher empresária,  
Analfabeta ou intelectual,  
És tu a porta sempre aberta,  
A voz que acalenta o sonho,  
O choro e o ideal!

Mulher!...

Senhora da beleza que encanta,  
Seja como amiga, mãe, namorada,  
Noiva, irmã, companheira ou santa.  
Mulher que embala o berço e

sustenta

O sonho que a humanidade ali-

menta!

Ah, Mulher!...

capaz!

Que além da vaidade feminina,  
Teus projetos de amor proclamam a

paz!

Homens!  
Respeitem as mulheres.

rinha.

Ama a que tens a teu lado e aca-

rinha.

Afinal de contas, o que mais queres?  
Já não está no teu lar uma rainha?  
Filhos!

irmão.

Namorados, maridos, noivos,  
Companheiros ou simplesmente

irmão.

Sejam vocês: meninos, jovens,  
adultos ou um ancião.

adultos ou um ancião.

Tratem suas mulheres com amor,  
Pois até mesmo Deus, nosso Senhor,  
Um anjo lá do céu enviou  
Para conceder ao ventre feminino  
A glória de ser mãe do Salvador!  
Mulher!...

homens!

Curvem-se diante de ti todos os

homens!

Pois entre os céus e a terra, para  
nossa alegria,

nossa alegria,

Foi dado a uma mulher a supremacia  
De interceder por nós junto a Deus

Pai

E que atende pelo simples nome de  
Maria..."

Maria..."

(Palmas)

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados deste Poder.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

O Poder Legislativo catarinense presta homenagem aos coordenadores dos núcleos regionais pelo trabalho voluntário prestado ao estado de Santa Catarina em suas respectivas regiões.

Eu chamo à frente o deputado Joares Ponticelli.

Convido a professora Maria de Andrade Silva para fazer a entrega da homenagem à professora Edésia Locks, da região de Tubarão, sul de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido a professora Maria de Andrade Silva para fazer a entrega da homenagem à professora Nair Marcolina Martignago Lodetti, da região de Criciúma.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido agora para receber a homenagem a professora Maria Dalva Brandt Kauling, da região de Blumenau.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a professora Ivone Beninca Girard, da região de Joinville.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Agradeço à professora Maria de Andrade Silva.

Convido a professora Marli Isabel de Souza para fazer a entrega da placa à professora Lorita Manske Clauberg, da região de Trombudo Central.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a professora Judite Terezinha Del Castenhol, da região de Lages.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a professora Maria de Lourdes Correa, da região de Mafra.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem agora será prestada à professora Maria Rosa Zancanaro, da região de Joaçaba, no vale do rio do Peixe.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Eu agradeço a presença aqui à frente do deputado Joares Ponticelli e da professora Marli Isabel de Souza.

Agora chamo à frente, por favor, a professora Sirene Amélia Bobko Bittencourt e também a deputada Professora Odete de Jesus para darmos seqüência às homenagens.

A deputada Professora Odete de Jesus e a professora Sirene Amélia Bobko Bittencourt fazem a homenagem à professora Neida Maraschin Pasuch, da região de Concórdia.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem agora é feita à professora Lenita Peruzzo Balbinott, da região de Chapecó.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem será prestada, neste momento, à professora Maria Eny Borges Chittó, da região de São Miguel d'Oeste.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A professora Sirene Amélia Bobko Bittencourt e a deputada Professora Odete de Jesus fazem a entrega da homenagem à professora Maria Eulália de Souza Pereira, da região de Itajaí, que está sendo representada aqui pela sra. Célia Tavares.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Eu agradeço a presença da professora Sirene e peço que a deputada permaneça aqui à frente, por favor.

Convido a professora Maria Madalena Steil Bento para continuarmos com esta cerimônia em homenagem aos professores do estado de Santa Catarina.

A professora Maria Madalena e a deputada Professora Odete de Jesus prestam homenagem agora à professora Ivanir Maria Veiga Silveira da região de Caçador.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem será prestada à professora Francisca Sant Elena Guze, da região de Araranguá.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem será prestada à professora Cacilda Bartelli Imhof, da região de Brusque.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A professora Maria Madalena Steil Bento e a deputada Professora Odete de Jesus prestam homenagem ao professor Vilamir Romani, da região de Xanxerê.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Agradeço a presença da professora Maria Madalena e da deputada Professora Odete de Jesus aqui à frente e convido a professora Dirce Noemy de Souza e o secretário da Educação de Santa Catarina, deputado Paulo Bauer, para fazer a entrega da homenagem à professora Irene Biluch Pereira, da região de Canoinhas.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem agora é prestada à professora Maria de Oliveira Knabben, da região de Jaraguá do Sul.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem neste momento é prestada à professora Terezinha de Souza Gariba, da região de Laguna, sul de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A partir de agora a professora Dirce Noemy dos Santos e o secretário Paulo Bauer prestam homenagem à professora Arice Cassemira dos Santos, da região de Rio Negrinho.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Eu agradeço à professora Dirce Noemi de Souza e solicito que o secretário permaneça aqui à frente. Chamo para a continuação da nossa sessão solene a professora Zurita Kretzer de Souza.

A primeira homenagem será prestada à professora Vera Lúcia de Souza Lima, da região de Balneário Camboriú.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem agora será prestada à professora Diles Giusti, da região de Maravilha.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem agora será prestada à professora Lenir Aparecida Chaves Faria, da região de Biguaçu.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A professora Zurita Kretzer de Souza e o secretário da Educação Paulo Bauer prestam homenagem agora à professora Maria de Andrade Teixeira, da região de Lontres.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Eu agradeço a presença do secretário de estado da Educação, deputado Paulo Bauer, e também da professora Zurita Kretzer de Souza.

Eu convido aqui à frente agora, por favor, a professora Otimar Ramos Medeiros, e convido também o sr. Rodolfo Pinto da Luz, secretário da Educação de Florianópolis.

A professora Otimar Ramos Medeiros e o secretário Rodolfo Pinto da Luz prestam homenagem à professora Noemi Terezinha Borça, da região de Chapecó.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Registro a presença do sr. deputado Jorginho Mello, do município de Joaçaba, no vale do rio do Peixe.

A homenagem será prestada, a seguir, à professora Dalva Scharf da Rosa, da região de Palhoça.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem será prestada à professora Leni Scherer Keller, da região de Joaçaba, no vale do rio do Peixe.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A professora Otimar Ramos Medeiros e o secretário da Educação de Florianópolis, Rodolfo Pinto da Luz, prestam homenagem à professora Vitalina Guarezi Brolese, da região de Tubarão.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Eu agradeço a presença aqui à frente da professora Otimar Ramos Medeiros.

Eu convido a professora Ruth Maria Rodrigues para acompanhar o secretário para prestarem homenagem à professora Oneilda Maria Gedoz, da região de Xanxerê, que será representada pelo sr. Vilamir Romani.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A homenagem agora será prestada à professora Diva Beltrame Menezes, da região de Florianópolis.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Homenageamos agora a professora Laura Alaide Ferreira, da região de São José.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido a professora Ruth Maria Rodrigues e o secretário da Educação de Florianópolis, Rodolfo Pinto da Luz, para fazerem a entrega da placa à professora Margie Liane Henning, da região de Blumenau.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido a professora Selma de Oliveira Quirino e o deputado Jorginho Mello para fazerem a entrega da placa à professora Maura Catarina Souza Laurentino, da região de Lages.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido a professora Selma de Oliveira Quirino e o deputado Jorginho Mello para fazerem a entrega da placa à professora Leoni Terezinha Ranzí, da região de Maravilha.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido a professora Selma de Oliveira Quirino e o deputado Jorginho Mello para fazerem a entrega da placa à professora Úrsula Sommer, da região de Mafra.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido o professor Clarivaldo Machado e o deputado Jorginho Mello para fazerem a entrega da placa à professora Maria Inês Rampinelli, da região de Blumenau.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido o professor Clarivaldo Machado e o deputado Jorginho Mello para fazerem a entrega da placa à professora Jenny Maria Ribeiro Isphair, da região de Canoinhas.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Convido o professor Clarivaldo Machado e o deputado Jorginho Mello para fazerem a entrega da placa à professora Teresinha Maria Dall'Agui Alves, da região de Joinville.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

Solicito ao deputado Jorginho Mello e ao professor Clarivaldo Machado que permaneçam aqui à frente, por favor.

Convido o professor Clarivaldo Machado e o deputado Jorginho Mello para fazerem a entrega da placa à sra. Jessi Helena Jostin de Oliveira, presidente da Associação Catarinense dos Professores.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A nossa homenagem agora será prestada à professora Ada Ramos, da região de Florianópolis.

(Palmas)

A d. Ada tem apenas e tão-somente 99 anos de idade. Ela é um exemplo para nós.

(Procede-se à entrega da placa.)  
(Palmas)

A professora Ada me confidenciou, antes da cerimônia, que quer, no mínimo, assistir à Copa de 2014, em Florianópolis.

Neste momento, o coral da Assembléia Legislativa e o coral da Associação Catarinense de Professores brincarão a todos com a música de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, num arranjo de José Acácio Santana. Até o nome da música tem tudo a ver com a professora. Eu quero apenas 99 anos.

Vamos cantar parabéns a ela!

(Procede-se à execução da música.)

O SR. DEPUTADO JOARES SOARES - Convido para fazer uso da palavra, em nome de todos os homenageados, a professora Lorita Manske Clauberg.

A SRA. LORITA MANSKE CLAUBERG - A nossa saudação vai para o presidente desta mesa, deputado Joares Ponticelli, que juntamente conosco escreveu uma parte da história da educação do alto vale do Itajaí.

Saudamos também o nosso secretário de estado da Educação Paulo Bauer, o secretário da Educação de Florianópolis Rodolfo Pinto da Luz; o nosso reitor Álvaro Prata; a nossa deputada Odete de Jesus, e agora, com um carinho todo especial, a nossa saudação vai para a sempre presidente Jessi e toda a sua equipe.

(Palmas)

Quero pedir licença para abrir os braços e abraçar a todos os nossos familiares, amigos e convidados que se fazem presentes a esta cerimônia mágica de homenagens desta noite.

(Passa a ler.)

"Nossas vidas são como o curso do sol. No momento mais escuro reside a promessa da luz do dia, e nós, professores, hoje aqui homenageados, voltamos o nosso rosto para a luz do sol, pois assim jamais veremos a sombra.

Isso nos faz enxergar também que é no abrigo um do outro que as pessoas vivem. Por isso um dos maiores segredos da vida é que tudo o que realmente vale a pena fazer é o que fazemos pelos outros.

Foi o que fizemos com os nossos alunos, é o que fazemos pelos nossos colegas enquanto ACP.

Como co-protagonistas da história da educação galgamos todos os recantos do nosso planeta para transmitir a geografia da vida: subimos suas montanhas, vagamos por suas florestas, navegamos em suas águas, cruzamos seus desertos, sentimos o frio de suas geadas, a opressão de seus verões, o banho de suas chuvas, a fúria de seus ventos, sempre em busca de equilíbrio, de beleza, de alegria e sabedoria nessas idas e vindas.

Que Deus permita que possamos continuar caminhando pelas estações que vão e que voltam ainda por muito tempo. Que possamos caminhar na trilha marcada com pólen e com gafanhotos em volta dos pés, pisando no orvalho da manhã.

Que possamos caminhar com a beleza de cada amanhecer e cada pôr-do-sol. E, ainda, que possamos levar em nossa caminhada a beleza inesquecível dos momentos desta homenagem.

E se me restasse um único suspiro gastaria de usá-lo para dizer:

Muito obrigada!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Recebemos os cumprimentos pela ocasião da sessão solene das seguintes autoridades:

Senhora Carmen Zanotto, secretária de estado da Saúde;

Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça;

Deputado federal Edinho Bez; Secretário de estado Cristóvam Araújo Cardoso;

Rubens Carlos Bita Pereira, prefeito municipal de Florianópolis em exercício;

Gilberto Borges de Sá, reitor da Universidade do Planalto Catarinense;

Professor Estevão Roberto Ribeiro, diretor-geral da Udesc;

Professor Hamilton Wendt, diretor presidente da Fundação da Universidade do Contestado, campos de Canoinhas e Porto União;

Deputado Federal João Pizzolatti.

Neste momento, fará uso da palavra a professora Jessi Helena Josten de Oliveira, presidente da Associação Catarinense de Professores.

(Palmas)

A SRA. JESSI HELENA JOSTEN DE OLIVEIRA - Excelentíssimo senhor deputado estadual Joares Ponticelli, presidente da Escola do Legislativo, neste ato representando o Poder Legislativo Catarinense;

Excelentíssimo senhor Paulo Bauer, secretário de estado da Educação, neste ato representando o governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Rodolfo Pinto da Luz, secretário municipal da Educação, neste ato representando o prefeito de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor professor Álvaro Toubes Prata, magnífico reitor da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina;

Senhora Mariza Batista Tomaz, presidente do Conselho Fiscal da Associação Catarinense de Professores;

Senhora Rainildes Müller de Moraes, coordenadora do Departamento dos Aposentados;

Excelentíssima deputada Professora Odete de Jesus.

Também gostaria de cumprimentar o nosso querido coral aqui presente, para o qual peço uma salva de palmas.

(Palmas)

Quero registrar a presença dos nossos professores, aos quais quero cumprimentar nesta noite singular e os meus cumprimentos também as nossas regionais, aos familiares e aos amigos.

Enfim, também registrar a presença e cumprimentar o nosso deputado Jorginho Mello e as outras autoridades presentes neste plenário. É uma grande satisfação tê-los aqui, inclusive a nossa representante de Joinville, colega do Instituto Estadual de Educação.

Eu gostaria de desejar, neste momento, uma boa-noite a todos.

(Passa a ler.)

“Por uma questão de reconhecimento, preciso iniciar minha fala agradecendo a oportunidade de estar aqui, na Assembleia Legislativa, neste momento tão especial, nesta noite de tanta alegria e emoção. Faço isso agradecendo em especial à pessoa do presidente da Casa, deputado Julio Garcia, hoje representado pelo deputado Joares Ponticelli, e, a partir dele, estendo o mesmo sentimento de gratidão a todos os parlamentares com assento no Legislativo catarinense.

Estamos aqui para comemorar o dia dos professores, cuja passagem se deu no dia 15 de outubro, e também para enaltecer a trajetória da Associação Catarinense de Professores, criada exatamente na mesma data, há 56 anos, à qual tenho orgulho de presidir.

A Associação Catarinense de Professores é uma entidade que congrega professores e professoras de todas as regiões do estado de Santa Catarina, incluindo aí os já aposentados, que também tiveram recentemente sua data comemorativa estadual, dia 14 de outubro.

A qualidade da educação, senhoras e senhores, é a nossa meta e a nossa preocupação. Por isso participamos ativamente de movimentos reivindicatórios e estamos presentes nos momentos mais decisivos de aprovação de leis que dispõem sobre os direitos dos professores.

As reivindicações surgem de um ato muito simples: o ouvir. Nós, da ACP, estamos, permanentemente, atentos às demandas dos professores e preocupadas em dar respostas positivas a essa categoria profissional.

O que queremos é uma educação capaz de ser, de fato, um instrumento de promoção social do indivíduo, mediante o aproveitamento das potencialidades e das capacidades de cada um. Uma missão humana à qual nem sempre é dado o devido valor.

Todos aqui presentes passamos pelas carteiras escolares e temos em nossas memórias nomes de professoras e professores que marcaram nossas vidas pelo aprendizado proporcionado. E isso se dá em todos os níveis.

Na Associação Catarinense de Professores não é diferente. Trazemos na nossa memória nomes de ex-presidentes que se dedicaram à entidade e, fazendo isso, doaram-se para o engrandecimento dos educadores catarinenses.

Acredito que este é o momento ideal, oportuno, para agradecermos a dedicação dessas professoras honradas. Queremos destacar, *in memoriam*, Aida Gomes Mendonça; Olga Brasil da Luz; Alaide Sardá Amorim; Clarisse da Silva Mendes, e Jandira D'Ávila.

Lógico, sem esquecer de valorizar aquelas que presidiram e que ainda estão no nosso meio: Elza Ribas Pessoa; Jair Simão da Silva; Maria da Glória Oliveira; Dilma Livramento Barriola; Janete Maria de Oliveira; Osvaldina Herta Ramos da Silva, e Zaide Debortoli Ax.

Essas professoras, e suas respectivas diretorias, contribuíram para o crescimento da nossa ACP. Trabalho que eu ajudei a realizar em outro momento da ACP, ao qual dou continuidade em mais este mandato, e que resultou no quadro atual com milhares de associados.

A ACP, no entanto, não é uma associação reivindicatória, somente. Temos um quadro administrativo formado por profissionais capazes de atender as várias necessidades das entidades e de seus associados. No leque de serviços prestados, destaco a assessoria jurídica, os convênios em todo o estado de Santa Catarina, e hoje serviços de interesse dos nossos professores.

Temos como princípio administrativo a plena transparência e o mais absoluto rigor contábil. Essas condições nos garantem, hoje, uma invejável saúde financeira e um não menos invejável patrimônio.

Somos uma entidade apartidária e de vanguarda. Prova disso é que há pouco mais de alguns anos, numa revisão do nosso estatuto, incluímos uma cláusula que impede o nepotismo na entidade, medida só recentemente imposta ao poder público por força de lei federal. Nós estávamos à frente e vamos além, qualquer dos nossos funcionários e diretores que for convidado a assumir cargo em comissão de confiança em qualquer governo, do Poder Executivo e Legislativo, em nível municipal ou estadual, precisará se ausentar dos nossos quadros.

Outro papel que cumprimos é de ser uma entidade recreativa e de lazer. Não são raras as atividades sociais que realizamos na capital e nos núcleos regionais, para as confraternizações dos nossos professores.

Também contamos com uma estrutura de hospedagem e lazer bastante utilizada durante as férias escolares pelos professores e suas famílias. A sede recreativa do balneário de Canavieiras, uma das zonas mais nobres da capital, tem um megaprojeto de ampliação, configurando-se em um dos maiores desafios para 2009, na nossa administração.

A pousada da Palhoça, com extensa área verde de lazer, é outra opção para nossos associados. Além da hospedagem do professor no centro da capital, na rua Ferreira Lima, endereço que muitos taxistas conhecem, muitos senhores conhecem.” Muitos contam com este apoio até mesmo para tratamento de saúde e estudos em Florianópolis. Eu gostaria, neste momento, de lembrar que essa hospedagem do professor, na época o então governador Ivo Silveira teve sensibilidade e a passou para a associação administrar. Gostaria de lembrar esse grande homem público, sua grande sensibilidade, e que mostrou que tinha tinta na caneta. Realmente nos passou e hoje está com a associação devido a esse ato.

Neste momento digo, com muito orgulho, para sua filha, que está lá no canto me olhando, que ele foi um grande governador. (Continua lendo.)

“O nosso papel, é preciso que eu diga, só é cumprido com êxito porque temos uma grande sintonia, adivinhem com quem? Com professores de todo o estado.

(Palmas)

Num trabalho voluntário, muitas vezes utilizando recursos pessoais e sempre doando à organização da entidade horas que poderiam ser dedicadas ao próprio descanso, contamos com personagens especiais que têm na determinação sua maior característica no trabalho que realizam à frente dos núcleos regionais da Associação Catarinense de Professores.

São nossos braços!

Forças Vivas!

Nossas representantes, lideranças que fazem e fizeram a diferença em suas regiões, são as maiores homenageadas desta noite.

Foram muitos os momentos que atravessamos juntas, construindo lado a lado, dia-a-dia, com absoluta dedicação à ACP que sonhamos.

O resultado de tanto trabalho se faz sentir positivamente nas regiões de Araranguá, Balneário Camboriú, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Ibirama, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Maravilha, Palhoça, São José, São Miguel d'Oeste, Rio do Sul, Rio Negrinho, Tubarão e Xanxerê, bem como também Florianópolis, num trabalho realizado, além da sede principal, a partir de um grupo do bairro Capoeiras.

(Palmas)

Como eu disse, são as principais homenageadas desta noite e para elas, essas professoras de fibra, essas mulheres forjadas no desejo de bem educar, peço uma salva de palmas.

(Palmas)

Para encerrar quero agradecer a dedicação de todos os funcionários da nossa ACP e de todos os membros da diretoria. Quero agradecer a presença de todos aqui e deixar, para uma reflexão, um trecho do hino de nossa associação:

“Mãos unidas, no esforço conjunto, irmanados em firme expansão, pelo bem da mais nobre das causas, assim vive esta Associação.

Ao supremo Senhor gratidão, que dos mestres é paz e união!”

Muito obrigada e boa-noite!”

(Palmas)

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Convido a deputada Professora Odete de Jesus para que assuma a Presidência desta sessão, a fim de que este deputado possa brevemente encerrar os pronunciamentos desta sessão solene.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. deputada Professora Odete de Jesus que ora preside esta sessão;

Senhor deputado federal Paulo Bauer, secretário de estado da Educação;

Professor Rodolfo Pinto da Luz, secretário municipal da Educação de Florianópolis;

Professor Alvaro Prata, magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina;

Professora Marisa Batista Tomaz, presidente do Conselho Fiscal da Associação Catarinense de Professores;

Professora Rainildes Müller de Moraes, coordenadora do Departamento dos Aposentados;

Deputado Jorginho Mello, e quero saudar muito especialmente a nossa querida presidente da Associação Catarinense dos Professores, professora Jessi Helena Josten de Oliveira, sempre presente nesta Casa legislativa, sempre em defesa dos interesses da nossa associação e da nossa categoria.

Também quero cumprimentar todas as homenageadas, todos os homenageados, todas as professoras e os professores aqui presentes, seus familiares, os catarinenses que nos acompanham aqui na sessão e através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, e o coral da Associação Catarinense de Professores.

Quero dizer da minha alegria em poder presidir esta sessão em nome do nosso presidente deputado Julio Garcia, e em nome dele, da deputada Professora Odete de Jesus, do deputado Jorginho Mello, aqui presentes, e dos demais integrantes desta Casa, quero agradecer, professora Jessi, a oportunidade que a associação nos dá de, através de nossos meios, podermos mostrar para Santa Catarina o belo trabalho dessa associação, uma vez que não só pela transmissão ao vivo, mas durante a semana certamente muitos catarinenses terão a oportunidade de conhecer o trabalho da ACP através da reprise da noite de hoje.

Nesta oportunidade, quero em nome desta Casa Legislativa, da Mesa Diretora e da Escola do Legislativo, entidade que tenho o privilégio e a honra de presidir, dizer que pretendemos implementar muitas parcerias ainda, já realizamos algumas, por intermédio da escola, com muito sucesso e queremos publicamente renovar essa disposição de ampliarmos essas parcerias para que possamos buscar, cada vez mais, a inclusão, a valorização e o prestígio, especialmente daquelas e daqueles que dedicaram toda uma vida à causa do magistério e que ainda têm muito a dar à sociedade catarinense, muitos conhecimentos, muita experiência que precisam ser melhor aproveitados.

A Escola do Legislativo quer ser esse instrumento de inclusão, de valorização, de prestígio, de aproveitamento, da otimização de tantos conhecimentos que ainda necessitam ser disponibilizados às crianças, aos adolescentes, aos jovens, à meia-idade e à melhor idade.

Portanto, agora que estamos na fase de planejamento das atividades da nossa escola para o ano de 2009, precisamos estreitar ainda mais as relações para que a ACP possa dizer também o que espera a mais da Escola do Legislativo, a fim de que possamos, em parceria, trabalhar ao longo de 2009. Conte, portanto, com essa disposição para ampliarmos essa parceria de sucesso que já realizamos.

Quero dar um testemunho também àquelas e àqueles que não estão aqui nesta Casa com frequência, muitas e muitos daqui estão sempre acompanhando a professora Jessi Helena. Eu as chamo de "verdinhas" da professora Jessi, elas são presença marcante nas comissões e foram a maior presença em todas as audiências do Iprev - e eu só não participei de uma delas, a de Joinville, professora Carmelina, porque estava viajando.

Nas demais eu estive e em todas a representação da ACP, as "verdinhas" da ACP, era sempre maioria defendendo os interesses da nossa categoria, preocupadas com perdas e com boatos. Quando mexem nessa questão da previdência todos nós nos preocupamos e a ACP, secretário Paulo Bauer, como v.exa. sabe, foi presença marcante em todos os eventos. E aqui, por conta das discussões nas comissões e no plenário, não passa uma semana sem que tenhamos aqui a vigilância da Jessi ou de um grupo de "verdinhas" comandadas por ela. Portanto, nós estamos muito bem representados por essa diretoria a quem quero pedir uma calorosa salva de palmas pelo grande trabalho que faz.

(Palmas)

Eu, assim como muitas e muitos, como a maioria esmagadora dos que aqui estão, completei, no início do ano, 25 anos de carreira no Magistério, professora Lorita, minha supervisora local de educação lá de Trombudo Central, eu que iniciei, à época, na Escola Básica Nereu Ramos, hoje Escola de Educação Básica Professora Letícia Possamai, lá no município de Pouso Redondo, passando por Trombudo Central e chegando a Tubarão, aonde cheguei à direção da então Escola Técnica Diomício Freitas.

Há 25 anos espero, como todas e como todos, aqueles melhores dias para o nosso Magistério, imaginem aqueles que têm 40, 50 anos de carreira. Há quanto tempo esperam!

É verdade o que disse o secretário Paulo Bauer, novos tempos estão chegando, sim, e começamos a sentir esses novos tempos, especialmente nos municípios, através dos efeitos da importante conquista do mínimo constitucional de 25% em investimentos na educação. Nos municípios, talvez pelo contingente menor, já começamos a perceber essa evolução, essa seta ascendente, e se partirmos para uma comparação dos salários de lá com os da rede estadual, vamos ver que já há, secretário Paulo Bauer, uma diferença substancial porque no estado - e não quero criticar, neste momento, apenas o atual governo, pois sucessivos erros foram cometidos - a tal valorização ainda não chegou. Essa é a verdade dos fatos!

Senhoras e senhores, o que fazer enquanto isso? Pelo menos a revisão anual de salário, secretário Paulo Bauer, pelo menos isso! Essa o nosso professor, especialmente o aposentado, não pode mais esperar, não pode mais.

Nós temos cobrado isso sistematicamente, e a professora Jessi sabe disso, enquanto não conseguirmos implementar esses melhores dias que tanto esperamos, a revisão anual, que não é nenhuma invenção nossa, é dispositivo da Constituição, da Lei Maior deste país e deste estado, que obriga o chefe do Poder Executivo a promover anualmente a revisão anual, a repor as perdas salariais.

Eu sou contrário à política de abonos. Acho que é uma política destrutiva de plano de cargos e salários. Mas a verdade é que as categorias da ativa, em que pese verem os seus planos de cargos e salários em frangalhos por conta de uma política de abonos equivocada, mas esses, bem ou mal, pelo menos vêm parte de perdas recuperadas.

O servidor aposentado em quase seis anos não viu mais nenhuma revisão. A última revisão anual de salários é de 2002 e as perdas desse período já chegam a 40%. Essa é a deterioração do salário do aposentado. Não dá para esperar mais isso, porque a receita era de R\$ 300 milhões por mês em média e hoje é de um R\$ 1 bilhão/mês/média.

Então, secretário, quero incluir-me no pedido para que v.exa. leve este apelo, que é desta Casa, para que se proceda urgentemente à revisão anual dos salários, a fim de recompor as perdas até que melhores dias possam chegar para o nosso Magistério.

Parabéns, contem conosco, muito sucesso!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no hall deste Poder.

Teremos agora a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, juntamente com o coral da Associação Catarinense de Professores, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darcy de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai -

Professora Odete de Jesus - Professor Grand - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Reporta-se à sessão solene que homenageou os professores; comenta indicação de sua autoria que trata da questão do combustível limpo para economizar recursos públicos e preservar o meio ambiente.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta-se acerca da greve dos funcionários do Cepon e do Hemosc.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra a presença de personalidades de São Bento do Sul.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Elenca medidas tomadas pelo governo federal visando debelar a crise no setor de produção leiteira; discorre sobre o projeto Bolsa Verde, apresentado pela bancada do PT.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (pela ordem) - Anuncia a presença de personalidades de Agrolândia.

## Partidos Políticos

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Posiciona-se sobre a greve dos funcionários do Hemosc e Cepon e crítica o governador do estado.

**DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR** - Agradece aos que o apoiaram na eleição à prefeitura da capital e manifesta sua neutralidade quanto ao segundo turno.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito eleito de Mafra, com seu filho vereador.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Informa o adiamento dos investimentos da Sadia e Aurora no planalto norte; externa sua satisfação por haver recebido o título de Cidadão Campo-Alegrense.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Apresenta e comenta vídeo sobre obras na serra do Faxinal.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Crítica o vídeo apresentado pelo deputado Manoel Mota.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Levanta dúvidas quanto às obras na serra do Faxinal.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Posiciona-se quanto à greve dos funcionários do Cepon e Hemosc e quanto à reposição salarial dos servidores públicos estaduais.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Afirma ser contra a administração do Hemosc e Cepon por uma organização social.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Reafirma a veracidade das imagens do vídeo que apresentou.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (pela ordem) - Lamenta a atitude do governo do estado na questão do Hemosc e Cepon.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Refere-se à problemática do Hemosc e do Cepon; cumprimenta os policiais de Tijucas pela apreensão de 386 quilos de maconha; aborda o Simpósio Nacional de Policiais de Material Bélico; crítica o não-pagamento da Lei n. 254.

## Ordem do Dia

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Justifica pedido de informação, de sua autoria, acerca da revisão anual de salário do servidor público estadual.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Aborda indicação, de sua autoria, sobre pavimentação no acesso de São Martinho ao túmulo de Albertina Berkenbrock, em Imaruí.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Refere-se a pedido de informação, de sua autoria, acerca do vencimento básico atual dos agentes prisionais e de monitores de estabelecimentos de internação de menores autores de atos infracionais.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** (pela ordem) - Encaminha voto pela manutenção do veto parcial ao PL n. 0049/2007, que altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (pela ordem) - Encaminha voto pela manutenção do veto parcial ao PL n. 0049/2007.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (pela ordem) - Encaminha voto pela derrubada do veto ao PL n. 0274/2007, que determina a afixação de informação sobre aumento de tarifa dos transportes.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Encaminha voto pela derrubada do veto ao PL n. 0274/2007.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (pela ordem) - Registra a presença de alunos do curso de Direito da Furb.

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Encaminha voto pela derrubada do veto ao PL n. 0274/2007, de sua autoria, que determina afixação de informação sobre aumento de tarifa dos transportes.

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Aborda mensagem de veto ao PL n. 0554/2007, de sua autoria, que determina que as caixas de medicamentos, distribuídos e/ou comercializados em Santa Catarina, tenham o nome do produto e dosagem escritos também em braile.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Manifesta-se pela derrubada do veto parcial ao PL n. 0001/2007, que institui o Programa de Habitação Popular.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Discute o PL n. 0180/2008, de sua autoria, que reconhece o município de Ibirama como a Capital Catarinense do Turismo de Aventura.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Indaga se o PL n. 0180/2008 foi apreciado na comissão de Economia.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Registra que se o PL n. 0180/2008 não foi apreciado na comissão de Economia, seu voto será contrário.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (pela ordem) - Sugere que o PL n. 0180/2008 seja analisado em outra sessão depois de passar pela comissão de Economia.

## Explicação Pessoal

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Aborda audiência pública que tratou do piso salarial nacional do magistério.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (aparte) - Refere-se à necessidade de implantação do piso nacional do magistério.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** - Aborda a problemática do Hemosc e do Cepon.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Reporta-se ao problema do Hemosc e do Cepon.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Comenta o piso salarial do professor; registra a passagem de 69 anos de fundação do jornal *Correio Lageano*.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Registra a falta de segurança para os visitantes do Morro da Igreja, em Urubici.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Aborda a necessidade de maior segurança para os visitantes do Morro da Igreja, em Urubici.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (pela ordem) - Registra a necessidade de mais segurança para os visitantes do Morro da Igreja, em Urubici.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Refere-se à crise mundial.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Reporta-se ao PL n. 0238/2008, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

**DEPUTADO SERRAFIM VENZON** (aparte) - Aborda projeto, de sua autoria, que determina que até 5% do valor total do ICMS passe a ser distribuído conforme critérios de promoção de preservação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita para falar a sra. deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, demais integrantes da mesa, sras. deputadas e srs. deputados, amigos que nos acompanham através da TVAL e da Rádio

Alesc Digital, imprensa falada, escrita e televisada. Também quero cumprimentar de uma maneira muito especial as nossas lindas e brilhantes taquígrafas, que sempre estão muito atentas registrando tudo, deputado Dirceu Dresch.

Quero dizer que ontem à noite nós tivemos aqui na Assembléia Legislativa, por proposição da Mesa Diretora, uma homenagem à Associação Catarinense de Professores, que comemora os seus 56 anos. Trata-se de uma associação tão eficiente, tão responsável e que tem olhado com tanto carinho por todos os professores, deputado Professor Grando, meu colega de profissão e de Parlamento.

Deputado Antônio Aguiar, ontem tivemos aqui uma sessão solene de alto nível, como sempre esta Casa tem realizado. Aqui estiveram autoridades e pude rever colegas que lecionaram comigo no Colégio Estadual Paulo Schieffler, de Caçador, onde lecionei por 17 anos. Também lecionei na Escola Estadual Irmão Léo, na Escola Estadual Henrique Julio Berker e em outras escolas.

Não quero alongar-me porque tenho outro assunto importante para abordar, mas ontem pudemos aqui honrar algumas autoridades regionais do Magistério com placas de agradecimento por trabalhos prestados. Foi uma noite de muita alegria porque o professor sempre está ensinando.

Então, não poderia deixar de registrar a atuação de todos os meus colegas e aqui tivemos, ontem, um momento para matar a saudade porque pude rever muitos colegas de profissão. Eu lecionei no Colégio Estadual Paulo Schieffler, no qual tínhamos cerca de 80 profissionais. Foram escolas que deixaram marcas.

Então, gostaria de deixar registrada a minha alegria e satisfação de rever meus colegas que lecionaram comigo anos atrás. Eu já estou com 34 anos de atuação no Magistério público e tenho certeza de que dias melhores virão para os profissionais dessa área.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a presidente da Associação Catarinense dos Professores, a brilhante presidente Jessi, que tem realizado um trabalho maravilhoso. Temos que dar os parabéns a ela e também a nota dez. Eu, como professora, gosto do número dez. Todos os professores gostam de dar dez quando as coisas são perfeitas.

Srs. deputados, hoje quero falar sobre uma indicação que foi proposta por mim e que trata da questão do combustível limpo para economizar recursos públicos e preservar o meio ambiente. A nossa indicação tramitou nesta Casa e v.exas. a aprovaram. Essa sugestão tramitou aqui há meses e nós a enviamos ao Executivo, à secretaria de estado da Administração, e através da diretoria de gestão patrimonial, em conjunto com a coordenadoria de gestão de custos, está sendo, sr. presidente e srs. deputados, desenvolvida um projeto piloto que visa à implantação de gás natural veicular em aproximadamente 50 veículos da frota oficial da Polícia Militar, vinculada à secretaria da Segurança Pública. Essa nossa indicação tem como principal objeto a substituição da gasolina utilizada como combustível na frota do estado, hoje integrada por cerca de 7.300 veículos, pelo gás natural veicular, chamado de combustível limpo, porque polui menos e custa menos.

Sr. presidente e srs. deputados, para se ter uma idéia, hoje, para abastecer a frota do estado, que inclui 7.300 veículos utilizados pela administração direta, fundações, agências reguladoras, Ciasc, Cohab e Santur, segundo fontes da gerência de transporte oficial da secretaria de Administração do estado, há um gasto de R\$ 77.679,00 por dia, senhores, num total de R\$ 233.037,00 por mês. Esse é o investimento na compra de combustíveis, especialmente de gasolina.

Srs. deputados, o GNV é considerado um combustível limpo, saudável e econômico, já que emite baixos índices de poluição, especialmente o monóxido de carbono. Com a substituição da gasolina pelo GNV, os gastos serão reduzidos em 70%. Como desde fevereiro a PM fez a substituição, é muito provável que diante do sucesso do projeto, v.exas., que acataram a proposta desta deputada, também devam ser parabenizados.

Quero dizer a v.exas. que outros veículos foram beneficiados e com isso Santa Catarina irá poupar. E quando se poupa, o que acontece? A população é altamente beneficiada porque esses recursos podem ser direcionados a outras ações em prol das comunidades.

Parabéns a v.exas. e ao presidente deste Parlamento, pois quem ganha é a população catarinense. Quero agradecer também ao governo do estado, que acatou essa nossa proposição.

Muito obrigada e que Deus abençoe a todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que nos acompanha nesta sessão, gostaria de falar sobre o movimento de greve dos trabalhadores do Hemosc - Centro de Hematologia e Hemoterapia - e do Cepon - Centro de Pesquisas Oncológicas - do estado de Santa Catarina.

Enquanto os praças da Polícia Militar e os bombeiros estão-se organizando para a sua mobilização, na Saúde a greve já começou. Não é uma greve em que se está reivindicando aumento de salário como é comum e legítimo acontecer. Não! Eles estão em greve para defender o serviço público e para defender a sua condição de servidores públicos, pois estão lutando contra a privatização do serviço de hematologia e hemoterapia e do tratamento de câncer em nosso estado.

Srs. deputados, a luta daqueles trabalhadores iniciou há mais de quatro anos quando a Assembléia Legislativa, diante de proposição do Poder Executivo, aprovou a Lei n. 12.929, que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais. A partir disso, o governo do estado, através de contrato de gestão com a Fundação de Apoio ao Hemosc e ao Cepon - Fahece -, começou a repassar recursos públicos para a fundação privada administrar os dois órgãos públicos, incluindo aí a contratação de pessoal sem concurso público, a aquisição de equipamentos e medicamentos sem licitação, naturalmente, se formos olhar a Constituição, não legalmente.

Agora se pretende implementar a autonomia da Fahece, essa organização social, diante do estado. Na reforma administrativa que ocorreu aqui no ano passado, da qual todos nós lembramos, já não existia na estrutura do estado os cargos de direção e de gerência do Hemosc e do Cepon. Aí, por mobilização dos trabalhadores, o governo cedeu e os cargos foram criados novamente. Não estamos aqui lutando pelo cargo ou defendendo o cargo de diretor e de gerente do Hemosc e do Cepon, até porque não temos ligação com eles. Estamos aqui, justamente, dizendo que no começo do ano passado já tinham decidido abrir mão de gerenciar o Hemosc e o Cepon.

Diante dessa nova realidade, dessa nova intenção, mais ampla, mais profunda, mais privatista do que a Lei n. 2.929, intenção instituída pelas Leis n.s 13.343/2005, 13.720/2006 e 13.839/2006, o contrato de gestão para ter vigência no estado para uma organização privada precisa do acordo dos servidores, através de uma assinatura, de um termo de cedência. É esse o nome técnico dado para essa coisa, que significa o seguinte: o trabalhador tem que assinar um documento dizendo que concorda em ser cedido para a administração de um grupo privado. O que é um absurdo filosófico, até podemos dizer, ou seja, um trabalhador público, concursado, assinando um documento dizendo que não quer mais ser gerenciado pelo estado e que o seu patrão agora é um grupo privado, que fez um acordo, um contrato de gestão com o governo.

Acontece que os trabalhadores do Hemosc e do Cepon se recusaram a assinar esse termo de cedência, mostrando dignidade e respeito a sua profissão, ao patrimônio e ao serviço público que tem a obrigação de prestar à população. Eles não estão somente na defesa dos seus direitos legítimos de trabalhadores, mas entendem que essa é a forma - e está sendo intensificada dentro do Hemosc e do Cepon - de privatizar aquele serviço, embora o governo negue.

A secretária Carmen Zanotto reitera que não é verdade que haverá privatização, mas queremos aqui trazer alguns dados para comprovar que o discurso não corresponde à realidade.

O Hemosc e o Cepon constam no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde como entidades privadas. No ministério da Saúde, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, consta lá o seguinte: Cepon - razão social: Centro de Pesquisas Oncológicas; natureza da organização: fundação privada; esfera administrativa: privada. A mesma coisa para o Hemosc. Este é um documento do portal do ministério da Saúde e está no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Isso põe o Hemosc como organização privada. Mas não é só o papel que diz isso. No Cepon, o procedimento atual, porque não era assim até um ano atrás, indica que o usuário do SUS acaba tendo atendimento retardado, atrasado, em relação aos pacientes, aos usuários de convênios privados ou particulares. Para fazer exames, o tratamento de quimioterapia e de fisioterapia precisa antes protocolar o pedido para a secretaria da Saúde e ficar esperando. Não se faz mais direto como se fazia no ano passado. E eu falo isso de cadeira, porque minha irmã se tratou de leucemia entre 2006 e 2007, inclusive já faleceu, e conheço cada corredor daquela instituição. E a verdade é que o procedimento atual colocou mais uma pedra na burocratização, qual seja, pedir uma autorização para secretaria da Saúde para fazer uma coisa que o médico já disse que precisa ser feita, ou seja, o médico do SUS, aquele que atende lá no Cepon.

Srs. deputados, para realizar o retorno ao médico, além de ter que fazer os exames, o paciente tem que primeiro pedir que a secretaria autorize. Então, para retornar ao mesmo médico tem que voltar ao posto de saúde da sua cidade e marcar lá, para que o médico de lá peça para marcar aqui, para poder marcar no Cepon. Isso atrasa o tratamento em, no mínimo, dois meses. E com relação ao paciente, ao usuário, que tem convênio privado, que paga particular, esse perdeu dois meses e a vaga na fila. Portanto, já existe discriminação, diferenciação de atendimento no Hemosc e no Cepon, aliás, no Cepon quanto ao tratamento de câncer. No Hemosc ainda não há discriminação, porque os trabalhadores, os servidores do órgão, inclusive a gerente, não deixaram, não permitiram, que fossem tomados esses procedimentos.

O mesmo procedimento, ou seja, transferir a responsabilidade para a iniciativa privada foi feito com o Hospital Materno-Infantil de Joinville, cuja administração foi entregue, depois de construído ao longo de 20 anos com o dinheiro público, para uma entidade ou grupo privado de Curitiba. Agora querem fazer a mesma coisa com o Serviço de Atendimento Médico de Urgência, o Samu. A isso nós damos o nome de privatização, a não ser que eu não entenda, mas no significado das palavras isso quer dizer privatizar o serviço público.

Ano passado, demos entrada a um projeto de lei para revogar essas leis das organizações sociais aqui no estado. E na comissão de Constituição e Justiça, o líder do governo argumentou, usando a Constituição Federal, que só o presidente da República poderia extinguir ou criar ministério, que só o presidente da República poderia mudar o efetivo das Forças Armadas. É um argumento absolutamente fora de foco, desproporcional e contrário ao nosso objetivo, porque o mérito do nosso projeto de lei era justamente fortalecer o serviço público e que o estado honrasse suas obrigações constitucionais.

Srs. deputados, o Hemosc está praticamente parado em toda Santa Catarina, só não pára totalmente pela responsabilidade dos servidores que lá atuam, não pára 100% porque os trabalhadores públicos do Hemosc e do Cepon têm responsabilidade com a sociedade e estão mantendo 30% do funcionamento. Mas a responsabilidade rela é da secretaria de Saúde, do governo do estado. Talvez isso não chegue a v.exa., governador, mas a saúde do nosso estado está sendo privatizada! É preciso uma providência para acabar com a greve e garantir o direito ao atendimento à população...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de registrar a presença nesta Casa do vereador Marco Aurélio Vilicinski, de São Bento do Sul, juntamente com o presidente da comunidade de Varsóvia, sr. José Eugênio, e o professor João Cieciliński, que muito nos honram com suas presenças neste momento.

Muito obrigado! Esta Casa os recebe de braços abertos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra também a visita dos alunos, acompanhados pela professora Marlize, da Escola Gustavo Barroso, da cidade de Idaial. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham nesta Casa através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, estive semana passada, quarta e quinta-feiras, em Brasília, acompanhando dirigentes sindicais, associados de cooperativas da agricultura familiar, pequenos agricultores, fazendo debates sobre a problemática do leite, da cadeia produtiva do leite.

Na terça-feira passada falamos sobre esse momento difícil que passa a nossa agricultura familiar numa audiência com a direção da Conab, com o ministério do Desenvolvimento Agrário, com a coordenadoria de política agrícola do ministério da Agricultura e com o ministro Guilherme Cassel, discutindo toda essa polêmica, essa problemática de redução de preço, de aumento de diferenciação do preço do leite para a nossa agricultura familiar e sobre o prejuízo que isso significa para Santa Catarina, para o sul do Brasil, para o nosso país, enfim, para a nossa agricultura familiar.

O governo assumiu um compromisso nessas audiências - e já está com o documento pronto - de abrir um leilão de compra de um bilhão de litros de leite, de tirar esse leite do mercado, de fazer doação a países com dificuldades e para regiões do país que necessitem dessa produção para tentar regular o valor pago aos nossos agricultores. Então, o leilão do leite que o governo vai fazer nos próximos dias certamente vai dar uma equilibrada na questão dos valores.

Outra ação que o governo vai fazer é liberar R\$ 150 milhões para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. E o debate, deputado Pedro Uczai, é para aumentar o valor do volume por família de R\$ 3.500,00 para R\$ 10 mil. Está-se acertando exatamente isso nesta semana para que os nossos agricultores possam vender a sua produção também para os programas governamentais.

Outra ação que se está fazendo em nível de Mercosul é tirar o leite da pauta especial, para que seja cobrado imposto sobre o leite que entra em nosso país, a fim de que o leite de outros países não entre dentro do Mercosul com um poder maior de competição do que os produtos internos. Outra ação ainda é aumentar a pauta de exportação de leite do Brasil, buscando outros mercados. E já está entrando nesta semana em nosso país uma delegação da Rússia para comprar o leite brasileiro.

Então, essas são ações que estão implementando em nível de governo federal para justamente ampliar as exportações de leite em nosso país, porque temos um aumento da produção de mais de 1,4 bilhão de litros neste ano e isso significa uma produção maior do que o consumo, causando um desequilíbrio na produção e no consumo, baixando automaticamente os preços.

Outra questão discutida e acertada foi a política de longo prazo. No mês de novembro haverá um grande debate nacional a respeito da construção de uma política em longo prazo de intervenção do governo sobre a política pública do leite. E nós apresentamos o exemplo dos nossos projetos que estão nesta Casa no sentido do governo intervir e construir um selo ecossocial em nível nacional, visando a dar incentivo para as empresas, porém sem excluir os pequenos agricultores, para que não paguem essa diferença brutal de até 100% no preço.

Esses foram os encaminhamentos dados na nossa agenda em Brasília, semana passada. Mas devemos voltar a discutir esses assuntos nesta semana ou na próxima, para reforçar essas pautas e as negociações.

Além desse assunto da produção de leite, estamos com o grande debate sobre as questões ambientais. E eu queria destacar aqui, nosso líder, deputado Pedro Uczai, juntamente com os deputados Jailson Lima, Décio Góes, Ana Paula Lima e Pedro Baldissera, que apresentamos nesta Casa um projeto de lei que trata da compensação de serviços ambientais prestados principalmente pela nossa agricultura. Chama-se projeto Bolsa Verde, destinado à transferência de renda aos nossos agricultores familiares que preservarem o meio ambiente.

Nós estamos debatendo a questão do Código Ambiental em Santa Catarina e está-se construindo uma visão de que o agricultor familiar do nosso estado é o que está destruindo o meio ambiente. Srs. deputados, nós temos que ter um cuidado muito grande nessa discussão de que nem tudo que está aí precisa ser mudado, como também de que tudo que está aí não presta. Precisamos construir um equilíbrio. Os nossos agricultores compreendem a importância da preservação ambiental, mas eles não podem pagar essa conta sozinhos. A sociedade, os governos precisam ter políticas que de fato dêem uma compensação quando o agricultor inviabiliza economicamente a sua propriedade. Muitas vezes eles possuem pequenas propriedades com várias nascentes, com riachos, com córregos e isso precisa ser levado em consideração.

Então, a nossa bancada está apresentando um projeto importante no sentido da compensação ambiental. E nós queremos chamar a atenção para o fato de que isso não é novidade. No estado é, mas em nosso país já há várias políticas tramitando nesse sentido. Nós temos a experiência internacional de políticas públicas de pagamento de compensações ambientais em vários países e um que está em curso é na Costa Rica. Outra experiência é do ICMS ecológico, que no Brasil constitui-se numa das maiores fontes de recursos financeiros para a compensação ambiental.

O governo federal vem implantando na região da Amazônia Legal o ProAmbiente. Em 2007, o governo do Pará criou o Programa Bolsa Floresta, que objetiva pagar certa quantia em dinheiro para as famílias rurais carentes que mantenham em pé as florestas de suas propriedades. E há várias matérias veiculadas na internet e na imprensa de que o ministério do Meio Ambiente está finalizando um projeto de lei que será encaminhado ao Congresso Nacional, ainda neste segundo semestre, para instituir e regulamentar o pagamento dos serviços ambientais.

Cabe ressaltar também que já tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 1.190/2007, que institui o Programa Nacional de Compensação por Serviços Ambientais, o programa Bolsa Verde, além de outras proposições correlatas.

Então, nessa perspectiva nós queremos pedir aos deputados desta Casa que ajudem nessa estratégia de construir em Santa Catarina, um estado de pequenas propriedades, um estado que tem uma condição importantíssima nas suas reservas de água doce, uma perspectiva concreta de preservar esse grande capital, digamos assim, ambiental das nossas águas. E para isso nós precisamos construir políticas públicas que possam ajudar a manter as pequenas propriedades, mas principalmente para garantir uma política de renda aos nossos agricultores.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Ex.a me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. deputado Jailson Lima, o nosso tempo está no fim, não podemos mais lhe conceder um aparte, mas queremos reafirmar a grande importância desse projeto apresentado aqui pela bancada do Partido dos Trabalhadores, chamado Bolsa Verde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência informa aos srs. líderes que concede a palavra, pela ordem, ao deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente. Apenas quero registrar a presença, nesta Casa, do vice-prefeito eleito da cidade de Agrolândia, o Guido, juntamente com o José, que foi o nosso candidato a prefeito; o vereador Adão, do PMDB, e o Urbano, presidente do PMDB, que faz parte da nossa coligação que venceu as eleições em Agrolândia. Mais uma estrela no alto vale para os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Parabéns aos vencedores! Sejam bem-vindos à Assembléia!

A Presidência informa ao plenário que recebeu requerimento assinado pelo deputado Sargento Amauri Soares que pede espaço, nesta sessão, para a manifestação da Associação dos Funcionários do Hemosc e Cepon.

Essa concessão, conforme praxe da Assembléia, só é possível com a concordância de todos os srs. líderes de bancada.

(As lideranças aquiescem.)

Com a aquiescência de todas as lideranças, a Presidência, para cumprir o requerimento aprovado pelos srs. líderes, suspende a sessão por até dez minutos para ouvirmos, em nome da Associação dos Funcionários do Hemosc e Cepon, a sra. Regina Rombaldi, por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campanha) - Srs. deputados, declaramos reaberta a sessão ordinária.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham através da TV Assembléia e nos assistem pela Rádio Alesc Digital, defensores do Hemosc e do Cepon que aqui comparecem novamente, essa luta já vem de algum tempo! São seis anos quase de angústia dessa lança sobre a cabeça de cada um o tempo todo nessas várias tentativas do governo de privatizar o Cepon e o Hemosc.

Esse é o verdadeiro interesse! Esse é o verdadeiro pano de fundo! Esse é o grande objetivo do governo, deputado Pedro Uczai! Não tenho a menor dúvida! Isso está muito claro desde a primeira reforma administrativa que aqui chegou em 2003! E vocês estão nessa luta, nessa angústia, nessa ameaça constante! Mas o objetivo é privatizar. O governo não quer mais manter o Hemosc e o Cepon como entidades públicas. Por isso essa angústia permanente de vocês! Por isso essa luta! Vocês é que estão mantendo essa instituição pública com muito esforço, com muito sacrifício! Por que tem que ser tão difícil assim?

Honestamente, eu falo de forma indignada! Faço um desabafo, porque são quase seis anos, deputado Kennedy Nunes. V.Exa. está somente há dois anos aqui, mas o deputado Décio Góes já estava e acompanhou essa luta, como o deputado Pedro Uczai e o deputado Sargento Amauri Soares. Mas o deputado Manoel Mota, que está aqui há seis anos, sabe que quando chegou aqui a primeira reforma administrativa a idéia, o objetivo, a intenção do governo já era a privatização do Hemosc e do Cepon. E vocês estão nessa angústia permanente!

O que podemos dizer mais? Contem com a nossa solidariedade! Infelizmente, a Oposição é minoria nesta Casa! Eu acho que não por muitos dias! Eu entendo que para o bem da sociedade catarinense muito brevemente a correlação de forças aqui dentro deve mudar.

Não acredito mais neste governo, pois está desgovernado. E eu li hoje que ele vai novamente para o exterior na semana que vem. Foi na semana passada e irá novamente na semana que vem! É um governador fujão dos compromissos! Isso é para fugir de compromissos, deputado Pedro Uczai! E ele não entendeu ainda que o povo está dando respostas, pois sofreu uma derrota acachapante em Joinville! Será que o governador não compreendeu o recado das urnas ainda?! Deputado Kennedy Nunes, será que ele não conseguiu entender ainda que com todo aquele poderio perdeu para v.exa. sozinho?! O nosso partido, como diz o governador, é um partido pequenininho. Mas em Joinville, onde ele é o imperador, onde ele é o dono, onde ele é o senhor absoluto, ele pensou que o eleitor iria votar no poste? A tese do líder que pensa que o eleitor vota no poste, no cabresto, acabou, está caindo por terra no Brasil inteiro e lá em Joinville foi a maior lição! O candidato do governador, que tinha aquela supremacia toda em Joinville, ficou em quarto lugar. O deputado Kennedy Nunes sozinho fez mais votos do que o candidato do 15 e o atual vice-prefeito, que é afilhado do governador. Essa é a resposta das urnas!

Deputados Décio Góes e Pedro Uczai, avizinha-se, no próximo domingo, mais um retumbante recado das urnas para aquele que se dizia o dono de Joinville, o imperador, o senhor, o soberano, o absoluto! Nem em Joinville ele ganha mais eleição! Será que ele não está entendendo o recado das urnas? E esse festival de ameaças, de tentativas de privatização, de promessas não cumpridas espalha-se por toda Santa Catarina. É um festival de promessas não cumpridas. Querem ver mais um exemplo?

Ontem fez um ano da beatificação de Albertina Berkenbrock, nossa beata, futura santa em Tubarão. Foi no dia 20 de outubro do ano passado. Numa tarde de sábado chuvosa, mais de 20 mil fiéis compareceram à praça da Catedral Diocesana de Tubarão para acompanhar aquele momento histórico, solene da beatificação daquela que será a segunda santa e genuinamente catarinense, porque nasceu em Imaruí, perto de São Martinho.

Deputado Silvio Dreveck, foi uma solenidade linda, inesquecível, histórica. No dia 20 de outubro do ano passado o governador foi fazer uma visita ao bispo diocesano de Tubarão, dom Jacinto Bergmann, e prometeu, naquele dia memorável, inesquecível, pavimentar os oito quilômetros que ligam o município de São Martinho até o túmulo e ao futuro santuário de Albertina Berkenbrock. O governador prometeu essa obra para o bispo dom Jacinto Bergmann. Pois bem, ontem, após um ano de comemoração da beatificação, nem o acesso ao túmulo há mais, porque sequer a manutenção da estrada de chão está sendo feita.

Então, eu me lembrei, deputados Kennedy Nunes, Silvio Dreveck e Pedro Uczai, dos meus tempos de catequese para a primeira comunhão e para a crisma, em que os catequistas diziam que mentir para o padre é pecado duplo. Então, mentir para o bispo deve ser pecado triplo! O governador de Santa Catarina já não mente mais ao padre, mente ao bispo! Se mentir para o padre é pecado duplo, mentir para o bispo deve ser pecado imperdoável, triplo, quádruplo, pois sua excelência, o sr. governador de Santa Catarina, mentiu para o bispo de Tubarão, dom Jacinto Bergmann, há um ano e um dia, quando da beatificação de Albertina Berkenbrock, porque ele prometeu asfaltar os oito quilômetros e um ano já se passou e nem acesso há lá. Quem divulgou isso ontem foi o *Diário Catarinense*, foram os jornais da região! Foi o padre Sérgio Jeremias, que é o pároco da comunidade, foi a família Berkenbrock.

Então, servidores do Hemosc e do Cepon, imaginem a situação em que nós estamos: de um governador que não cumpre promessa nem para o bispo; de um governador que mente até para o bispo. Isso tem que reforçar a luta de vocês, e nós queremos colocar-nos à disposição porque é um festival de mentiras e de promessas não cumpridas por toda Santa Catarina. Ainda bem que as urnas começaram a dar recado, ainda bem.

Eu espero que nos próximos dias haja uma mudança aqui dentro e que essa correlação de forças, como disse, possa ter outra composição para acordarmos o governador e fazer com que ele, nesse pouco tempo que lhe resta - e eu espero que o TSE não demore muito - possa resgatar parte das inúmeras mentiras plantadas por toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Boa-tarde srs. deputados e sras. deputadas, quero cumprimentar também aqui os servidores do Hemosc e do Cepon e dizer-lhes que contem com que este deputado naquilo que ele puder colaborar nessa luta que é justa, pois são instituições que orgulham a população de Santa Catarina. Creio que a luta é justa e no que depender deste deputado, podem contar com a sua ação. Parabéns pela luta.

Quero cumprimentar todos que nos acompanham pela TVAL para dizer que é um prazer estar de volta a esta tribuna após quatro meses de licença, quando concorreremos à prefeitura da capital do estado. Quero aproveitar também, mais uma vez, srs. deputados, para agradecer aos 30.834 florianopolitanos que acreditaram no nosso projeto e para dizer que saio dessa luta engrandecido, saio amando ainda mais a cidade de Florianópolis e saio disposto a continuar trabalhando por ela com todas as minhas forças, dentro das minhas limitações, no cargo de deputado estadual.

Quero aproveitar para reforçar, neste momento de retorno à Assembléia Legislativa, de retorno a esta tribuna, a posição que tenho, pessoal e política, de neutralidade no segundo turno desta eleição. Deixo aos nossos eleitores e à sociedade florianopolitana a possibilidade de escolher aquilo que cada um ache ser o melhor para a cidade sem a nossa interferência. Minha participação na eleição encerrou com o fim do primeiro turno.

Quero agradecer a todos aqueles que nos receberam em cada ponto desta cidade, em cada rua, as crianças, as senhoras, os senhores, e dizer que com o próximo prefeito, seja qual for o escolhido pela sociedade de Florianópolis para administrá-la, terei uma relação institucional a partir do primeiro dia do seu mandato. Como deputado estadual estarei à disposição do prefeito, acima de qualquer questão pessoal ou partidária, disponível para ser um soldado da cidade, naqueles temas que sejam de interesse de Florianópolis, porque não pode haver perseguição da briga política, do embate eleitoral naqueles temas que são do interesse da cidade.

Digo isso, porque saio ainda mais convencido que lutas que estão neste momento ainda em discussão neste Parlamento são fundamentais para o futuro de Florianópolis. E é por isso que, inclusive na imprensa, deixei claro que ao próximo prefeito, além de estar à disposição para colaborar nos temas de interesse da cidade a partir do começo do próximo mandato, também faço um pedido: que se realize o projeto do jardim botânico, obra fundamental em toda a região da bacia do Itacorubi, pois em toda a cidade, nas minhas andanças, pude perceber o quanto a cidade quer e deseja essa obra para o seu futuro.

Sr. presidente, deixo aqui mais um pedido, esse também dirigido ao governo do estado, que se mantenha na integralidade a área da penitenciária para uma destinação pública. A região do entorno, a região da Trindade, do morro do Horácio, deseja ver naquele espaço também uma área de integração pública.

Nós conhecemos ainda melhor a cidade caminhando nela como candidato, que cresce tão rápido, bairros que não existiam há dois anos, conhecemos nessa caminhada. Deputado Décio Góes, v.exa. que também enfrentou o embate eleitoral na cidade de Criciúma, percebeu como se sente de maneira mais próxima, mais viva, os problemas da cidade. O deputado Pedro Uczai, que também teve a honra de governar o município de Chapecó, concorda conosco, e o deputado Kennedy Nunes, que também enfrentou o embate eleitoral na cidade de Joinville, sabe do que estou falando.

Quando se enfrenta uma eleição municipal a cidade entra, de fato, na nossa corrente sanguínea, nós passamos a compreendê-la melhor na sua complexidade e saímos da eleição ainda mais apaixonado por ela. Mesmo que o objetivo não tenha sido alcançado, que era ir ao segundo turno e vencer a eleição, o fundamental é sair de um processo desses ainda mais apaixonado e disposto a trabalhar pela cidade.

Nessas andanças, srs. deputados, pude perceber que, a par de todas as carências que Florianópolis tem, a fome por espaços públicos, por áreas de lazer, por áreas de convívio comunitário é gigantesca. Esse não é um tema apenas daqueles com um pouco mais de condições sócio-econômicas, é um tema, sobretudo, das comunidades mais carentes, que não têm áreas de convívio comunitário. Por isso eu faço este apelo para que aquela área da penitenciária seja também mantida pública na sua integralidade.

Quero mais uma vez agradecer todas as palavras de incentivo, cumprimentar todos os parlamentares, os servidores desta Assembléia, todos aqueles que contribuíram e acreditaram no projeto, e agradecer àqueles que não nos deram o voto de confiança, mas que nos receberam com muito respeito em cada canto desta cidade.

Saio ainda mais disposto a trabalhar pela minha cidade. Passada a eleição, sou um soldado em defesa desta cidade e também dos outros municípios que contribuíram para a nossa eleição. Retomo, a partir do dia de hoje, com força total, com decisão, os projetos que tramitam nesta Casa, com a certeza do dever cumprido e com a confiança de que a cidade precisa do apoio de todos, acima das disputas político-partidárias.

Então, é com alegria e com disposição que retomo a atividade agradecendo a todos aqueles que colaboraram nesse processo, sobretudo a Deus, a minha família. Saio desse projeto energizado, com toda a disposição para batalhar pela nossa querida e maravilhosa Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença dos nossos companheiros de Mafra, capitaneados pelo prefeito eleito Carlos Roberto Scholze, que nos deu uma grande vitória, e do seu filho Roberto Scholze, que com apenas 20 anos de idade é o vereador mais votado do município de Mafra, na maior votação da história, com mais de 5% dos votos válidos.

Bem-vindos, o pai eleito prefeito, o filho nosso jovem vereador do município de Mafra, e toda a comitiva daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, nobres deputados e deputadas, telespectadores da TVAL e comunidade catarinense. Hoje eu gostaria de me reportar ao momento financeiro, ao momento internacional financeiro que vivemos, um momento de crise, que fez com que duas grandes empresas adiassem o seu investimento no planalto norte. A Sadia foi a primeira a se pronunciar a respeito do

adiamento da sua filial no município de Mafra, fazendo com que os munícipes ficassem apreensivos com relação à consecução ou não de mais de R\$ 5 milhões em investimento na cidade, pois essa grande empresa também teve seus problemas em virtude da grande crise financeira internacional que começa a afetar o estado de Santa Catarina.

Ontem, para surpresa nossa, a Aurora adiou seus investimentos. É verdade que não foram cancelados, foram apenas adiados, mas isso nos preocupa uma vez que a comunidade do planalto norte espera há décadas esses investimentos na agroindústria. A Aurora, através do seu representante, o sr. Mário Lanznaster, confirmou que o projeto da Aurora está mantido no planalto norte, não foi cancelado, mas o início da sua instalação está sendo adiado. Isso nos deixa apreensivo, preocupado, porque o planalto norte é, sem dúvida nenhuma, merecedor desses incentivos.

No início do desenvolvimento do planalto norte, tivemos grande sustentação na madeira, imbuia e pinheiros; grande também foi a participação da erva-mate na economia local. Temos certeza de que está havendo apenas um adiamento do investimento da Aurora, pois aquela empresa vai repensar o seu projeto e com a diminuição dessa crise financeira internacional retomará os seus investimentos no planalto norte, no agronegócio, fazendo com que nós tenhamos, sim, esse grande recurso de que tanto necessitamos.

Quero, de maneira especial, agradecer as palavras do presidente da Aurora, Mário Lanznaster, com quem ontem mantive contato telefônico, ocasião em que nos afirmou que se trata apenas do adiamento do início do projeto e não do seu cancelamento. Então, uma vez que esse projeto não está cancelado, ele vai continuar contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do planalto norte.

Gostaria de me reportar ao município de Campo Alegre, onde, na sexta-feira, tivemos a grata satisfação de receber o título de Cidadão Campo-Alegrense, o que muito nos honra. Agradecemos ao prefeito de Campo Alegre, Renato Bahr, e ao prefeito eleito, Vilmar Grosskopf, que, com a sua vice, Alice Grosskopf, obteve, por mérito, mais quatro anos de mandato concedidos pela comunidade daquela cidade.

Se eu já me dedicava ao município de Campo Alegre, agora, como campo-alegrense, vou-me esforçar para que a comunidade receba de volta o que deu ao deputado Antônio Aguiar, ou seja, repartiu com ele a honra de ser campo-alegrense. Sem dúvida nenhuma, eu quero agradecer à presidente da Câmara Municipal, vereadora Ana Lúcia Piske Franco, e a todos os vereadores que aprovaram por unanimidade a concessão do título de Cidadão Campo-Alegrense ao deputado Antônio Aguiar.

Quero agradecer à vereadora Alice Grosskopf, e aos vereadores Otávio Stominski, Aldérico José Dana, Edésio Cavicchioni, Olívio Odiá, Juliano Froehner, Paulo Sérgio Schiere e à vereadora Rosane Santos Cubas, a todos os vereadores, a quem quero deixar os meus sinceros agradecimentos e dizer que aquela comunidade que muito me honrou ao me conceder esse título. Estiveram presentes o meu pai, com 93 anos de idade, e a minha mãe, com 82 anos de idade. Muito nos honrou estar lá com a família recebendo esse título importante na nossa vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para completar o horário do PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, venho a esta tribuna porque assumi o compromisso, na semana passada, de que na terça-feira eu iria mostrar se era sonho ou se era imaginação, e hoje poderei honrar aquilo que prometi.

Sabemos que o deputado, às vezes, vem para cá desesperado e não tem o que apresentar, porque o seu governo, quando foi governo, foi um fracasso. Não tendo o que apresentar, começa a fazer críticas e essas críticas são infundadas, então é preciso esclarecer que elas não têm nada a ver com a verdade.

Por isso eu gostaria de apresentar um vídeo para esclarecer se é imaginação ou se é verdadeiro mesmo o ronco das máquinas.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Essa aí é a serra do Faxinal, mas ele não vai olhar. Eles não fizeram nada! Dê uma olhadinha, deputado, para ver se está roncando. Por favor, aumentem mais o som, porque eu quero confirmar se estou ouvindo o ronco. É importante que o deputado acompanhe para conhecer, para ver que não é um sonho, porque ele veio na semana passada dizer que era um sonho, que era imaginação.

Isso é só para o deputado Joares Ponticelli conhecer a verdade aqui no Parlamento catarinense.

É o ronco, sr. presidente! Não sei se estão ouvindo!

(O deputado Joares Ponticelli fala fora do microfone.)

Nós fazemos a terraplenagem para depois fazer o asfalto. O deputado está arrumando uma desculpa, ele está com vergonha, evidentemente. Ele disse que era sonho do deputado Manoel Mota e agora está vendo as máquinas trabalhando. Só pode estar com vergonha neste momento.

Eu só queria responder ao eminente deputado Joares Ponticelli que na minha cabeça não há sonho nem imaginação, só na sua mente, pois não consegue enxergar o que se faz em Santa Catarina. Eu considero que cego não é aquele que não enxerga, mas aquele que tem boa visão e não quer enxergar. São esses os cegos ou aqueles que puxam para si obras que não realizaram para passar em programa de campanha. E por que não realizaram? Tiveram o governo nas mãos, mas foram omissos. Tiveram a prefeitura nas mãos, mas foram omissos e agora não têm o que explicar.

É só para o deputado ouvir um pouquinho do ronco das máquinas, porque o Manoel Mota não imaginou, não!

Srs. deputados, fizeram críticas ao governo do estado porque está viajando para o exterior. Mas só quem vai atrás de programas, de investimentos, só quem trabalha, quem luta é que consegue resultados. Esses que ficam sentados numa cadeira durante o seu governo não realizam, pois são omissos e a resposta está aí. Fazem um programa de televisão com várias obras e depois são desmentidos porque as obras não lhes pertencem.

Então, o deputado Joares Ponticelli continua com os mesmos discursos, não muda, nem depois da eleição. Tinham 70 prefeituras e houve uma baixa significativa, deputada Ada De Luca, pois ficaram com 55 prefeituras. Olhem a diferença! Por isso, até parece que ele não sabe somar, porque de 70 para 55, dá menos 15. Ele não sabe somar esse número. Ele não vai saber somar essa diferença que foi conduzida em Santa Catarina.

Então, é preciso trazer sempre a verdade neste Parlamento sobre aquele que trabalha, que constrói, que planeja e que tem amor pelo estado de Santa Catarina, e não aquele que engana, que mente com discurso fácil e não verdadeiro.

A verdade tem que ser sempre trazida à tona. Como, na quarta-feira passada, o eminente deputado disse aqui que a serra do Faxinal é imaginação do deputado Manoel Mota, só quero mostrar para a sociedade que o discurso do deputado Joares Ponticelli é assim. E agora, cada vez que ele levantar, vou ter que fazer o mesmo para mostrar que é um discurso fácil, vazio, porque não realizaram nada. Agora, um governo que realiza não pode fazer bem para o eminente deputado Joares Ponticelli!

Santa Catarina precisa continuar a passos largos, buscando desenvolvimento, gerando emprego, renda, sendo um estado competitivo, que investe e recebe investimentos de todas as áreas do Brasil e de fora do país, porque tem um timoneiro que trabalha além do limite, buscando alternativas e fazendo o estado andar para frente. Por isso temos obras. São R\$ 22 milhões investidos numa obra que vai diminuir em 200 quilômetros a distância entre o sul do estado e as cidades de Canela, Gramado e Caxias do Sul. E a obra não é um sonho, é uma realização. Por isso fui lá com chuva filmar para mostrar que esse discurso fácil tem que acabar. S.Exa. não pode ficar aqui fazendo discurso fácil e criticando! Estão aí os resultados.

Dizem que o governador sofreu uma derrota em Joinville, mas e se formos falar o que está acontecendo em Florianópolis? São obras não realizadas e que foram colocadas no programa! Acho que isso precisa ser analisado. Mas ainda bem que há um homem de bem que ontem reparou tudo isso.

Por isso, nós precisamos vir aqui e trazer a verdade à população. É isso que eu faço. Trabalho com garra e determinação, honrando cada eleitor e o meu estado, porque é essa a nossa obrigação, ou seja, buscar resultados para a sociedade catarinense. Porque é isso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de pedir ao deputado Manoel Mota que quando trouxesse algum vídeo, até em respeito às pessoas que estão assistindo pela TVAL, que seja pré-editado e com algumas informações, em respeito às pessoas. Porque s.exa. colocou no vídeo obra para cima, obra para baixo e ninguém sabe de onde elas são. Até como jornalista, venho aqui pedir que o deputado Manoel Mota traga alguma coisa editada, porque assim é muita balela, não dá para agüentar.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só quero reforçar o pedido do deputado Kennedy Nunes, porque eu vi ali uma máquina indo e voltando - e parecia até uma fita daquelas que vai e volta -, para uma ordem de serviço que foi entregue há seis anos. E ali, pelo que avaliamos, não há 500 metros e a máquina vai e volta há seis anos! Levaram seis anos para começar. Além do mais, eu vou lá fotografar neste fim de semana também, porque imagino que agora que passaram as eleições, a máquina já tenha sido recolhida e talvez esteja no segundo turno de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos assiste no dia de hoje, quero reforçar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, uma indicação que passou por esta Casa na semana passada sobre a necessidade de o governo do estado abrir negociação com os nossos trabalhadores do serviço público estadual.

Srs. deputados, de uma pauta entregue em 2006, até este momento não houve nenhum item atendido. E hoje pela manhã, infelizmente, não aconteceu a reunião da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, mas os funcionários, os trabalhadores estão com uma expectativa muito grande de que o governo do estado se sensibilize e volte a dialogar com os trabalhadores e discuta uma política salarial.

Essa pauta já foi entregue em 2004 e depois em 2006. A Constituição Federal, no seu art.37, inciso X, garante o reajuste anual. Essa norma precisa ser regulamentada em nosso estado, o governo precisa regulamentar isso. A nossa comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público pode até apresentar uma indicação para o estado, mas agora quem precisa trazer uma proposta concreta é o Executivo.

Estamos acompanhando o aumento da arrecadação do estado - fala-se tanto nisso - e os nossos funcionários públicos, que em grande parte são responsáveis pela arrecadação, não estão sendo valorizados nos seus direitos. Algumas categorias estão extremamente defasadas, principalmente o pessoal da agricultura. Temos aqui também o problema da área de segurança pública, e na comissão que presido, a comissão de Segurança Pública, há uma reclamação generalizada dos nossos trabalhadores. Há uma cobrança muito forte aqui e pelo interior afora. E, nesse final de semana, novamente vários trabalhadores me procuraram para falar sobre a questão da Lei n. 254.

Então, como parlamentar, trabalhador e sindicalista durante anos defendi a minha categoria, a da agricultura familiar, mas também como sindicalista ligado à Central Única dos Trabalhadores estou nessa luta e acredito que o estado só pode prestar um serviço bem feito na área da segurança, da educação, da saúde, da assistência social e da agricultura se os seus trabalhadores, os seus funcionários se sentirem bem.

Há poucos momentos o deputado Sargento Amauri Soares falou sobre isso e o representante da Associação dos Funcionários do Hemosc e Cepon também nos trouxe essa grande preocupação. E o que nos assusta é o fato de não tratarem bem os nossos funcionários públicos, de jogarem fora toda uma história, de tirarem do estado o papel de cumprir sua obrigação na saúde e agora quererem passar os funcionários públicos para uma organização social! Porque está comprovado - e o deputado Sargento Amauri Soares nos trouxe os dados - que querem, sim, privatizar o Hemosc e o Cepon! É privatizar, sim, a saúde em nosso estado! E, pior, é privatizar um serviço de alta complexidade!

Sempre defendendo e falo nesta tribuna que é preciso fortalecer o serviço público, sim, nas áreas essenciais. A nossa bancada e o nosso partido, inclusive, estão discutindo encaminhamentos - discutimos hoje na nossa bancada - sobre essa problemática da greve, porque quem realmente sofre é a população catarinense, são aquelas pessoas que estão na fila há meses, com doenças graves. E o nosso povo continua vindo lá do interior, lá do nosso oeste para cá, deputado Pedro Uczai, para se tratar. E quando chega aqui mais uma vez não é bem tratado por intransigência do governo, que não respeita os direitos dos nossos trabalhadores, que não querem ser privatizados e foram para a greve porque têm esse direito.

Então, nós queremos reafirmar que precisa haver a perspectiva de se abrir o diálogo, principalmente neste momento de greve do Cepon e do Hemosc, com o conjunto dos nossos trabalhadores. É importantíssimo o governo do estado, o governador Luiz Henrique da Silveira, voltar a sentar e conversar com os nossos trabalhadores, pois não dá para continuar assim o serviço público estadual.

Na previsão do Orçamento do ano que vem que recebemos novamente não há uma vírgula, uma linha sequer de reajuste salarial para os nossos trabalhadores, para os nossos funcionários públicos. Isso nos preocupa demais, porque desqualifica o nosso serviço público, piora o atendimento à população lá na ponta. E isso tem que preocupar esta Casa, inclusive o governador do estado e a base do governo para podermos trabalhar juntos e construirmos encaminhamentos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Dirceu Dresch, quero cumprimentar v.exa. que participa da comissão de Serviços Públicos, solidarizar-me com a greve dos servidores do Hemosc e do Cepon, não só porque estão lutando pelos seus direitos, mas porque estão lutando por uma questão central que o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu, que é a manutenção de uma política pública essencial como responsabilidade do estado, que é o direito à saúde, principalmente nessa área de alta complexidade. Estamos vendo que a experiência dos Estados Unidos, a experiência neoliberal, está quebrando, e lamentavelmente o governo do estado aqui continua privatizando e desmontando uma política pública essencial.

Por isso, quero fazer um apelo aqui ao líder do governo, deputado Herneus de Nadal, no sentido de que possa fazer a mediação dos servidores com a secretaria da Saúde, a fim de abrir um canal de negociação e atender as reivindicações dos trabalhadores. Mas, mais do que isso, a experiência fracassada dos Estados Unidos deveria colocar o governo PMDB... Se fosse o PFL, nós até iríamos entender, mas o governo do PMDB continuar privatizando a saúde aqui no estado não se admite. Dessa forma, deveria logo não só abrir um canal de negociação para atender os servidores, mas rever, efetivamente, essa decisão política.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nós queremos aqui também propor um encaminhamento para abrir uma negociação, deputado Herneus de Nadal, líder do governo nesta Casa, no sentido de revogar as leis das organizações sociais da saúde. Nós queremos convidar os deputados para fazermos uma visita amanhã aos hospitais para vermos como está a situação. Queremos dialogar com o nosso presidente da comissão de Serviços Públicos, deputado Jean Kuhlmann, para, ainda esta semana, fazermos uma audiência pública na Casa para tentar resolver esse impasse.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu queria dizer ao eminente deputado Pedro Uczai que tudo isso não passa pela cabeça do PMDB, ou seja, nenhuma privatização. Então, não estamos nem entendendo esse negócio de privatização! Não estamos nem entendendo!

Mas na verdade o que eu quero dizer é ao eminente deputado Kennedy Nunes que a matéria que nós apresentamos é matéria bruta, filmada lá no meio do mato, no trabalho, na obra do governo do estado. Não foi obra do seu governo que filmaram, aquilo que não realizaram. Ficou bonitinho, só que não foram eles que fizeram, foram outros governos. Então, lamentavelmente o seu governo faltou com a verdade e eu apresentei aquilo que é a verdade.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Os pela ordem estão virando debates aqui entre nós e deveriam ter outras finalidades, mas não posso deixar de responder ao deputado Manoel Mota.

Eu falo com tristeza porque a razão política de transferir da área pública para um ente de direito privado, que é uma organização social, só se justificaria se fosse para melhorar a qualidade do serviço. Não é o que se está percebendo e não é o que se vai perceber na frente. Além disso, é preciso fortalecer os serviços de alta e média complexidade, no sentido de garanti-los públicos para a sociedade. E o Hemosc e Cepon são estratégicos para a saúde humana, para as pessoas que precisam desse atendimento.

Portanto, não é uma organização social que vai dar resposta para essa complexidade e para esse tipo de atendimento. O estado tem que assumir esse compromisso e os servidores, quando fazem greve em defesa dos seus direitos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC, pessoas que nos acompanham nesta sessão, nestes cinco minutos gostaria de falar sobre alguns assuntos relativos à segurança pública e reiterar que na nossa avaliação o processo do Hemosc e do Cepon é de privatização. Já é agora e no andar da carruagem vai ser cada vez mais, porque vai dar prioridade ao atendimento de conveniados, de planos de saúde privados e particulares em detrimento daqueles que dependem do SUS.

Mas queria aqui elogiar os praças, policiais militares da cidade de Tijucas, aqui na Grande Florianópolis, pela apreensão de 386 quilos de maconha. Na última sexta-feira, dia 16 de outubro, os policiais de Tijucas, depois de receberem uma ligação anônima, perseguiram um veículo e apreenderam quase meia tonelada de substância tóxica ilegal conhecida popularmente como maconha.

Por isso gostaria de parabenizar todos aqueles companheiros, todos os policiais militares e civis, bombeiros, agentes prisionais que trabalham incessantemente para buscar garantia à segurança pública da população catarinense.

Então, a nossa saudação e o nosso abraço aos companheiros policiais militares de Tijucas, que inclusive nos estão ouvindo e acompanhando pela TVAL os debates que são realizados aqui.

Outro assunto que desejo me reportar diz respeito ao Simpósio Nacional de Policiais de Material Bélico, que está sendo organizado pela Polícia Militar, através do Centro de Material Bélico, como já falei na semana passada. Ele será realizado em Florianópolis, a partir de amanhã, e terminará na sexta-feira, ou seja, de 22 a 24 de outubro. É o primeiro Simpósio Nacional de Policiais de Material Bélico que discutirá essas questões do Brasil inteiro, para melhorar essa situação e evitar, impedir mais mortes de policiais em serviço, e o atendimento às ocorrências com menos gravidade, com menos potencial de risco para os trabalhadores e para todos os envolvidos.

Quero parabenizar quem está organizando esse simpósio, que é o major Araújo, do Centro de Material Bélico, e todos os policiais que lá trabalham e agradecer à Assembleia Legislativa pelo apoio institucional, através da sua Mesa Diretora, na pessoa do presidente, deputado Julio Garcia, inclusive os servidores da taquigrafia e da imprensa, que estarão cobrindo esse evento.

Gostaria de falar também sobre a saga da Lei n. 254 que parece irá virar epopéia, uma vez que os praças de todo o estado se articulam para voltar às ruas. E o descontentamento agora, neste final de 2008, é maior do que nós tínhamos no ano passado.

A Aprasc encomendou há um mês um estudo no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, o conhecido Dieese, para se informar a respeito de quanto falta pagar da Lei n. 254, quais seriam os custos para o governo do estado para terminar de pagar essa lei e as condições financeiras do estado.

Algumas questões importantes foram concluídas. Por exemplo, para terminar de pagar todos os policiais e praças da Polícia Militar da ativa, que são mais de oito mil, custaria R\$ 6.479 milhões por mês. E esse é o maior efetivo da Segurança Pública. Vamos supor que se multiplique isso por três, para exagerar, daria menos de R\$ 20 milhões, menos da metade daquilo que técnicos do palácio têm informado que custaria.

Outra informação importante é que de julho do ano passado até junho deste ano o Poder Executivo gastou apenas 38,5% da receita corrente líquida com o salário. Ele pode gastar até 49%, o limite prudencial é de 46,55%, mas gastou, neste último ano, do inverno passado até o inverno deste ano, 38,5%.

Portanto, reforçamos a nossa convicção de que falta determinação, prioridade e vontade política do governo para terminar de pagar a Lei n. 254. Mas essa luta continua!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s 0393/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0395/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, a Constituição Estadual determina ao administrador público promover a revisão anual dos salários, ou seja, repor a cada ano as perdas da inflação. A última revisão anual de salários do servidor público de Santa Catarina foi feita em 2002, mas de 2002 até agora não foi feita mais nenhuma revisão salarial dos servidores.

É claro que alguns setores da ativa tiveram implemento de políticas por conta de abono, mas especialmente o servidor inativo está há seis anos sem nenhum reajuste e a inflação desse período soma 40%.

Então, nós queremos que o governador dê uma resposta. Não há justificativas, porque a receita triplicou nesse período e o governo descumpru olímpicamente o dispositivo da Constituição que manda revisar os salários.

Por isso o nosso pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Indicação n. 0394/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, aí é para lembrar ao governador que hoje faz um ano e um dia que ele prometeu, no dia da beatificação, na presença do cardeal Saraiva, que representava o Papa Bento XVI, quando esteve em Tubarão, no palácio Episcopal, ao dom Jacinto, nosso bispo diocesano, que iria pavimentar aqueles oito quilômetros de acesso de São Martinho ao túmulo de Albertina Berkenbrock, em Imaruí. Passou-se um ano e um dia e não há mais acesso lá, pois nem a manutenção da estrada de chão está sendo feita.

Portanto, quero lembrar ao governador que ele fez essa promessa ao bispo há um ano e um dia e já não está mais nem pagando essa promessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente da AM Construções e Incorporações Ltda., cumprimentando-o pelos 30 anos de fundação daquela empresa.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Cerro Negro, cumprimentando-os pelo aniversário daquele município.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Itaiópolis, cumprimentando-os pelo aniversário daquele município.

Esta Presidência defere de plano. Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli e outros, que solicita o regime de prioridade na tramitação do Projeto de Lei n. 0447/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando o reajuste na tabela do Sistema Único de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de informação de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviado ao presidente da Fatma, solicitando informações sobre o processo de licenciamento do Sistema de Esgotamento Sanitário e das respectivas unidades de tratamento e transporte de esgoto que serão instaladas na planície do Campeche e no sul da ilha, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de informação de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviado ao diretor-presidente da Casan, solicitando informações sobre a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário e das respectivas unidades de tratamento e transporte de esgoto que serão instaladas na planície do Campeche e no sul da Ilha, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de informação de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário Executivo de Justiça e Cidadania, solicitando informações sobre o número e o vencimento básico atual dos agentes prisionais e de monitores de estabelecimentos de internação de menores autores de atos infracionais, ativos e inativos, pertencentes ao serviço público estadual.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria apenas de esclarecer aos colegas deputados que este Pedido de Informação n. 0140/2008, assim como os de n.s 0141, 0142, 0143/2008, têm como objetivo levantar as informações necessárias para que possamos fazer um estudo do que efetivamente custa para o governo do estado a conclusão do pagamento da Lei n. 254.

Eu falava da tribuna anteriormente que para terminar de pagar a Lei n. 254 aos praças da Polícia Militar da ativa, que somam 8.029 servidores públicos, o estado gastaria R\$ 6,5 milhões por mês. Então, o Dieese pôde fazer um estudo em cima dos policiais militares da ativa.

As outras informações com relação aos policiais militares da reserva, aos bombeiros militares da ativa e da reserva, aos policiais civis da ativa e da reserva, aos agentes prisionais da ativa e aposentados, nós não temos os números suficientes para fazermos essa avaliação.

Então, o objetivo desse pedido de informação não é questionar os valores que estão sendo pagos. Pelo contrário, é apenas para que possamos ter dados suficientes para fazer o cálculo e chegar à conclusão exata do valor dos custos para os cofres públicos, para o governo do estado, para terminar de pagar a Lei n. 254, porque existe controvérsia quanto a esses números na secretaria da Administração entre os técnicos que lá trabalham.

Por isso queremos que o Dieese faça e complementemente esse estudo, para que possamos debater e na mesa de negociação termos mais condições de buscar um escalonamento necessário para a conclusão do pagamento da Lei n. 254, esse sonho tão grande e tão antigo dos servidores da Segurança Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação de autoria do sr. deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, solicitando informações sobre o número atual e soldo básico dos policiais militares ativos e inativos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do sr. deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e ao comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, solicitando informações sobre o número atual e soldo básico dos bombeiros militares ativos e inativos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do sr. deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e ao diretor-geral de Polícia Civil de Santa Catarina, solicitando informações sobre o número atual, vencimento básico, cargo e função dos servidores ativos e inativos da Polícia Civil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria da Liderança do PP, a ser enviado ao secretário de Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações acerca de concursos para contratação de pessoal à Cohab/SC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao governador do estado, solicitando cópia do processo de inexigibilidade da Licitação n. 0030/2008 e do contrato entre a Santur e a empresa Doria Associados, Consultoria e Comércio Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o percentual de reajuste salarial concedido aos servidores públicos inativos no período entre 2003 e 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao governador do estado, ao secretário de estado da Infra-Estrutura e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, pedindo informações sobre os projetos para execução da pavimentação do trecho da rodovia SC-407 entre o município de São Martinho e a comunidade de São Luiz, no município de Imaruí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0703/2008, que dispõe sobre o veto parcial ao PLC n. 0049/2007, de procedência governamental, que altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, somos pela manutenção do veto, uma vez que a vantagem já está sendo paga aos servidores do porto de São Francisco do Sul. Há outro instrumento que permite o pagamento, por isso o veto.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa bancada vota favoravelmente ao veto pelo mesmo entendimento do líder do governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 27 deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "sim" e quatro votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0706/2008, de origem governamental, que dispõe sobre o veto total ao PL n. 0274/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que determina a afixação de informação sobre aumento de tarifa nos veículos de transporte coletivo intermunicipal, nos terminais rodoviários que operam no estado de Santa Catarina, nos estabelecimentos e postos de venda de passagens.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa bancada vai votar pela derrubada do veto. Vota contra o veto do governador pelas tarifas muitas vezes abusivas que ainda permanecem nas passagens de ônibus intermunicipais do estado de Santa Catarina, não tornando público esse aumento das passagens à população.

Enfim, votamos pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Em votação.

A bancada do PT vota "não", portanto, rejeitando o veto.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de dizer que sou totalmente favorável a todas essas informações dadas a todos os usuários tanto do transporte coletivo, ou do Sistema Único de Saúde.

Nós temos no Sistema Único de Saúde um problema, até foi um projeto de autoria do deputado Nilson Gonçalves sobre o Dpvt. Essas informações são de extrema necessidade para o usuário do serviço público ou concessionário.

Então, eu voto pela derrubada do veto, entendendo que esta é uma forma de transparência para o usuário, principalmente no caso do usuário do transporte coletivo aqui no estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em processo de votação.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, só gostaria de registrar e agradecer aqui a presença dos alunos da Furb, do 10º semestre de Direito, que estão visitando esta Casa, juntamente com o professor Paulo Luiz Schmidt.

Com certeza é uma alegria muito grande recebê-los aqui neste Parlamento para acompanhar os trabalhos do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sejam bem-vindos os alunos da Furb, que com certeza é uma referência no ensino superior em Santa Catarina e no Brasil.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Perdoe-me, srs. deputados, eu estava em atendimento no gabinete. É claro que votarei pela derrubada do veto, porque é um projeto de suma importância para a população catarinense. Gostaria do apoio de v.exas. que sempre foram leais. Deputados Nilson Gonçalves e Herneus de Nadal, líder do governo, gostaria que v.exas. acompanhassem o voto desta deputada, autora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - A sra. deputada Professora Odete de Jesus recomenda o voto "não", rejeitando o veto.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim" e 14 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0715/2008, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0554/2007, de autoria da sra. deputada Professora Odete de Jesus, que determina que as caixas de medicamentos, distribuídas e/ou comercializadas no âmbito do estado de Santa Catarina, tenham o nome do produto e dosagem escritos também em linguagem braille, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, quero agradecer a v.exa. por deixar esta parlamentar solicitar aos nobres pares para que juntos possamos derrubar esse veto.

Este projeto é de suma importância, porque as pessoas que têm dificuldade visual também têm direito de saber a dosagem do medicamento que estão tomando, como também a sua composição. Nós queremos respaldar as pessoas que têm dificuldade visual.

Solicito aos srs. líderes e aos colegas que derrubemos o veto, porque esse é um projeto de importância social.

Cuidamos de todos os projetos com muito carinho e queremos que os mesmos tenham sucesso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será secreta por processo eletrônico.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

A Presidência pergunta se todos os deputados exerceram o direito de voto.

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0717/2008, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0001/2008, de origem governamental, que institui o Programa de Habitação Popular - Nova Casa, cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, a nossa bancada teve o único objetivo de apresentar emendas ao projeto do governo do estado, quando aportou nesta Casa, no sentido de aperfeiçoá-lo. Nós apresentamos emendas em duas direções: na primeira, algumas emendas eram para adequar o fundo estadual ao fundo nacional. Para permitir, inclusive legalmente, que o governo federal pudesse repassar recursos para esse fundo estadual de interesse social, para esse projeto de habitação popular. Então, primeiro as emendas foram nessa direção de aperfeiçoamento.

A segunda contemplou inclusive o movimento social popular, é de interesse social. Que o governo do estado, a partir desse fundo, pudesse inclusive destinar para outras entidades, como por exemplo, uma cooperativa popular que poderia, com menor custo, fazer uma casa, uma habitação popular; poderia, com os recursos desse fundo estadual e com o fundo nacional, contemplar entidades sem fins lucrativos, mas que poderiam ser parceiras do governo do estado.

Esse debate está sendo feito no Brasil inteiro com vários outros materiais de habitação popular com muito menor custo e menor preço. Todos os deputados aqui que foram prefeitos sabem que determinadas burocracias impedem a viabilização de vários projetos na área de habitação popular. Se pudessem fazer esses convênios com entidades sem fins lucrativos poderiam viabilizar, inclusive, em mutirões a construção de casas populares. Lamentavelmente o governo do estado foi assessorado para vetar essas emendas que, quero dizer aqui, é para encarecer ainda mais a habitação popular de interesse social.

Por isso eu queria solicitar a sensibilidade de todos os parlamentares para derrubar o veto, porque tenho certeza que o governador quando vetou teve uma assessoria equivocada da secretaria com relação a essas emendas, que foram apresentadas para diminuir o custo da habitação popular, e permitir que entidades parceiras da sociedade civil, sem fins lucrativos, participem da construção e da viabilização das casas populares.

Por isso a bancada do PT vota pela derrubada do veto, e solicita que todos os deputados melhorem esse projeto da habitação popular, inclusive para ter recurso federal junto a esse fundo de habitação de interesse social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) -

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será secreta, por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Esta Presidência consulta se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim", 16 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação de três projetos de lei.

Dois deles de autoria da deputada Ana Paula Lima e um deles do deputado Jean Kuhlmann, até em homenagem aos alunos da Furb, os dois deputados que apresentam os projetos são de Blumenau.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0180/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann e outros, que reconhece o município de Ibirama como a Capital Catarinense do Turismo de Aventura.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente e srs. parlamentares, eu gostaria, neste momento, de pedir o voto favorável de todos os deputados, e dizer que trata-se de um projeto de lei não de origem apenas deste parlamentar, mas que teve origem na prefeitura municipal de Ibirama que pediu a todos os deputados estaduais do vale do Itajaí, os deputados Rogério Mendonça, Jailson Lima, enfim, todos os deputados que são do vale do Itajaí, que subscrevessem e assinassem esse projeto de lei, porque realmente reconhecem a vocação daquele município como capital catarinense do turismo de aventura.

É uma cidade que já faz eventos, festas nesse sentido, e tem uma grande vocação, não apenas no *rafting*, mas também em outros esportes radicais, para se tornar efetivamente a capital catarinense do turismo de aventura.

Por isso quero aqui, com os demais deputados que subscreveram essa matéria, pedir a aprovação dos srs. parlamentares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sem dúvida, sr. deputado, esse projeto é muito justo. Conheço Ibirama, conheço a festa que faz em relação ao turismo de aventura, que realmente atrai um número muito grande de turistas de todo o Brasil.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, o deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, a minha pergunta é se esse projeto de lei passou pela comissão de Economia, porque me parece que os projetos desse contexto, dessa matéria, passam pela comissão de Economia e não estou vendo aqui o parecer desta comissão. Posso estar enganado, mas gostaria de ter essa informação, até porque há alguns critérios estabelecidos naquela comissão, e não é o que consta aqui no projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sr. deputado, nós temos o projeto aqui conosco e ele, na verdade, tramitou nas comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente, mas não foi para a comissão de Economia. As duas comissões aprovaram esse projeto.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, na mesma direção do deputado Silvío Dreveck, temos uma preocupação.

Não estamos querendo entrar aqui no mérito da proposição do deputado Jean Kuhlmann, mas a comissão de Economia fez um esforço, e quero aqui fazer o registro e cumprimentar o deputado Silvío Dreveck, que apresentou um projeto de resolução a esta Casa, que agora é lei, que cria critérios para os projetos que instituem determinados municípios como capital tal.

Este deputado - e aí não falo em nome da bancada, porque esta está liberada para fazer o seu voto, se for colocado em votação sem passar pela comissão de Economia - não vota a favor deste projeto.

A comissão de Economia, Minas e Energia faz toda a discussão econômica sobre esse tipo de proposição, e como o projeto não tramitou naquela comissão, em princípio não voto a favor. Não estou discutindo o mérito, não voto a favor do projeto porque isso é fundamental, inclusive para reconhecer o trabalho que o deputado Silvío Dreveck realizou naquela comissão, onde apresentou critérios que definem capitais para essa ou aquela cidade. Por isso nós não nos manifestamos a favor deste projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Deputado Pedro Uczai, para o projeto ir para a comissão de Economia, como pede v.exa., no estágio em que está a votação, somente se houver um acordo de líderes. Portanto, se houver esse acordo não teremos dificuldade de enviar o projeto para aquela comissão.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, até para mantermos o equilíbrio e o respeito entre as partes, não há problema nenhum em retirar o projeto hoje da Ordem do Dia e de votar em outro momento, passando devidamente pelas comissões como determina a resolução interna desta Casa.

Apenas peço que assim que for para aquela comissão, que o deputado Silvío Dreveck analise com a maior agilidade possível, até porque esse projeto já está tramitando há um bom tempo. Então gostaríamos que houvesse certa agilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a anuência do autor do projeto, e não havendo discordância de nenhum dos líderes de partido, retiro o projeto da Ordem do Dia e encaminho para a comissão de Economia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0259/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que altera a Lei n. 11.164, de 1999, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Menores Atletas, de Blumenau.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0515/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que determina a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas ecológicas ou lâmpadas fluorescentes compactas ou de baixo consumo de energia, nos órgãos públicos da administração direta e nas autarquias do estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que participa desta sessão, quero aproveitar este momento para socializar aqui com os outros parlamentares, deputados Décio Góes, Sargento Amauri Soares, deputada Professora Odete de Jesus e outras lideranças, a audiência pública que realizamos na última quinta-feira, que tratou do piso nacional dos profissionais do magistério, ou seja, o piso nacional dos professores de R\$ 950,00.

Eu não consigo imaginar que os governos estaduais não apostem no futuro dos seus estados, ou seja, na educação. Houve o entendimento no Brasil inteiro de que R\$ 950,00 não era ideal, mas era o possível a ser pago para tentar adequar e equilibrar, a partir das diferenças regionais, o mínimo que é o pagamento do salário de um professor de 40 horas com titulação de ensino médio.

Srs. deputados, quinta-feira deve ter sido a maior audiência pública realizada neste Parlamento este ano. A deputada Professora Odete de Jesus, os deputados, Décio Góes e Sargento Amauri Soares, estiveram presentes e podem testemunhar - e foi também transmitida ao vivo pela TVAL -, que foi a maior audiência pública realizada no estado e lotamos as dependências do grande auditório da Assembleia Legislativa.

Há três grandes questões a serem analisadas. É justo o piso nacional! É justo, legítimo, legal e auto-aplicável nos estados e no país. Segundo, além dos R\$ 950,00 que precisam ser integralizados definitivamente até janeiro de 2010, existe também no piso nacional a prerrogativa de que cada professor terá um tempo mínimo de 33% sobre a sua carga horária para preparar aula, estudar, discutir a qualidade da educação e a qualidade de vida, de saúde do professor. E o terceiro ponto é a garantia desses direitos aos aposentados. Lamentavelmente, o secretário estadual de Educação, os governadores de estado, inclusive a governadora, como chamou a atenção a deputada Professora Odete de Jesus, do Rio Grande do Sul juntamente com outros governadores, definiram fazer uma luta política para anular total ou parcialmente o piso nacional. E o secretário do estado de Santa Catarina, deputado Marcos Vieira, fez coro a esse projeto de derrubada do piso nacional, ou seja, não quer implantá-lo em Santa Catarina.

Lamentei - e os professores repudiaram - a ausência do secretário de estado da Educação na audiência pública. E estamos propondo, com a anuência da nossa bancada, com as assinaturas da deputada Professora Odete de Jesus e do deputado Sargento Amauri Soares, que estiveram presentes na audiência, convocar o secretário da Educação para vir a esta Casa, porque o secretário precisa explicar se vai ou não implantar o piso em Santa Catarina, se vai aceitar a legislação federal ou vai assinar também a ação direta de inconstitucionalidade, e a luta política para não implantar o piso da educação de R\$ 950,00, mais 33% de hora/atividade, mais a garantia para os aposentados.

Isso é muito pouco, pois quando fui prefeito de Chapecó já pagava esse salário aos professores e até mais do que isso. E aqui em Santa Catarina não querem implantar o piso estadual! Por que a ausência do governo do estado na audiência pública? Por que não democratizar e ouvir as bases e os educadores para implantar um piso estadual de educação? Não adianta fazer aqui um discurso de que a arrecadação e a receita estão aumentando! Então, a educação não é prioridade no nosso estado?

Por isso, queremos que este Parlamento convoque o secretário da Educação, e para isso vamos debater amanhã aqui neste plenário o requerimento de convocação do secretário de Educação, para que s.exa. venha explicar se é a favor ou contra o piso. Se for contra, que diga por que, pois o governo não teve representação na audiência pública para dizer por que é contra ou a favor. Quais as razões? Razão financeira, não tem! Razão política, não deveria ter. A educação não é prioridade aqui no estado de Santa Catarina para pagar dignamente o salário para um professor com tempo para estudar e para os aposentados terem os mesmos direitos? Por isso, a mobilização dos professores, dos educadores do estado precisa continuar.

Então, o governo do estado precisa implantar o piso estadual com abono, com prêmio, com vantagens, fora do piso. Tem que ser R\$ 950,00, mais abono, mais Prêmio Educar, mais vantagens para os professores do estado, e não querer interpretar a lei e incorporar abono, vantagens, prêmios, dentro dos R\$ 950,00. Os R\$ 509,00 que hoje é o piso, têm que passar para R\$ 950,00 mais os prêmios, o abono e as vantagens, isso é o mínimo a ser feito, porque senão vai ser só discurso bonito aqui de que vão implantar o piso incorporando as vantagens e abonos e até hoje, em seis anos, não foram incorporados.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, por tratar de uma matéria tão relevante quanto a educação.

Definitivamente, temos que entender que a educação é o instrumento do desenvolvimento das comunidades, a exemplo do que aconteceu em outros países. E nós não podemos pensar em Santa Catarina diferente, até porque, essa política do abono - e v.exa. colocou com muita propriedade -, não dá segurança ao colaborador, ao profissional da educação, ao educador, porque a qualquer momento o abono pode ser tirado, além de não integrar no 13º, nas férias, na aposentadoria, então, o piso mínimo estabelecido pela lei federal tem que ser implantado para Santa Catarina, para dar segurança ao nosso servidor da educação.

Parabéns, pelo seu pronunciamento deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Por isso, o estado de Santa Catarina, o governo do estado, a secretaria de Educação precisa dizer publicamente se quer e que acredita no desenvolvimento e no futuro do estado. Quem não prioriza a educação faz discurso falso de que apóia o desenvolvimento do estado. Quem apóia o professor com 40 ou 60 horas sem tempo para estudar, para pesquisar, não garante qualidade nem saúde para os professores. Por isso, a cada mês aumenta o número de professores com licença médica, pelo trabalho estressante, pela carga horária excessiva, e pela falta de condições de trabalho, além do salário defasado.

Por isso, estamos discutindo aqui o futuro, a melhor herança que um pai ou uma mãe pode deixar para seus filhos, que é uma boa educação. Eu sou professor universitário há mais de 20 anos e estou convencido de que uma boa universidade, uma boa educação é a melhor herança que os pais podem dar aos filhos. E, com certeza, os deputados que são pais, apóiam seus filhos para fazerem faculdade, um curso superior, porque é a melhor herança que podem deixar. E por que os trabalhadores, os agricultores não podem dar para seus filhos uma educação superior de qualidade? Porque se é pública, tem que ser de qualidade. Por que os educadores não têm o mínimo de decência, de qualidade, de dignidade para poderem trabalhar? Por que os educadores não podem ter 40 horas de contrato, 26 horas em sala de aula e 14 horas para estudar e pesquisar? Por que o governo do estado não quer?

Deputado Serafim Venzon, v.exa. precisa sensibilizar o seu secretário de Educação, porque um professor da universidade federal muitas vezes tem carga horária de oito ou 12 horas em sala de aula e nas outras faz pesquisas. Por isso, as universidades públicas federais são as melhores do país; temos que ter qualidade na educação da escola pública, qualidade em educação, no trabalho, com condições salariais implantando o piso e com qualidade de saúde para os nossos professores se motivarem a construir o futuro de Santa Catarina. Por isso, o secretário de Educação precisa explicar se vai ou não implantar o piso da educação em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - esta Presidência defere o Ofício n. 39/2008, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, solicitando que o projeto de lei de origem governamental que institui o Código Estadual do Meio Ambiente, protocolado sob o n. 0238/2008, tramite além das duas comissões também na comissão de Agricultura e Política Rural.

Esta Presidência, achando justo este encaminhamento do deputado Moacir Sopelsa, encaminha também para a comissão de Agricultura e Política Rural o projeto que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Herneus de Nadal, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente e srs. deputados, surge-me uma grande dúvida, uma grande indagação e por isso mesmo venho à tribuna para procurar compreender e entender as afirmações feitas com relação ao Cepon e ao Hemosc, principalmente quando se fala da privatização.

Pelo que tenho conhecimento, o patrimônio físico, o equipamento do Hemosc pertence ao estado de Santa Catarina e a administração é feita em parceria com o Cepon através da Fahece há 14 anos. Faz 14 anos que a administração é feita de forma conjunta. Os servidores na área da saúde como um todo foram demitidos por conta de exigência legal e, por isso mesmo, depois das demissões, nos quadros de saúde pública de Santa Catarina, através do concurso público se operaram as admissões tanto para os demais quadros quanto para o Cepon e o Hemosc.

Posteriormente, também por exigência legal, com o advento da legislação de 2004, foi transferida a gestão para uma OS - Organização Social - criada por lei, aprovada neste Parlamento. Os servidores não têm prejuízo pelo que me consta e pelas informações que tenho recebido. Eles não têm nenhuma perda por atuarem em uma OS, são servidores públicos do estado de Santa Catarina que recebem a sua remuneração e as suas vantagens.

Além disso, a prioridade nos atendimentos é dada aos pacientes através do Sistema Único de Saúde, o SUS. Por isso, tenho grande dificuldade de entender onde está a privatização do Cepon e do Hemosc! Podemos, logicamente, divergir. E esta é uma Casa de idéias, é uma casa plural, no entanto, não consigo, como parlamentar, entender onde está a privatização do Cepon e do Hemosc, que são administrados, volto a dizer, através de um contrato de gestão há 14 anos, com as mudanças operadas depois da aprovação da OS, por solicitação do próprio Ministério Público do estado de Santa Catarina.

Agora, por outro lado, como parlamentar, nos cabe, com toda a serenidade, ouvir o contraditório. Vejo o deputado Manoel Mota e o deputado Sargento Amauri Soares, e quero ouvi-los, na direção de procurar entender onde está a privatização.

Mas também, deputado Sargento Amauri Soares, quero dizer aos meus nobres pares que estamos à disposição. Está aqui o deputado Dirceu Dresch que fez um apelo, o deputado Pedro Uczai, também meus parceiros de região, de trabalho, que fizeram aqui um trabalho de intermediação, de conversa, de negociação, de entendimento e de busca de solução. E quero dizer que este modesto deputado está aqui à disposição para que possamos conversar, para que se possa esclarecer à opinião pública sobre a privatização que, ao meu modo de entender, não existe, mas pode existir na visão de outro parlamentar, e essa visão logicamente tem que ser respeitada.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. deputado Manoel Mota, se v.exa. permitir, gostaria de ouvir o deputado Sargento Amauri Soares para que possamos esclarecer este assunto à população que nos ouve, e passar informações acerca dessa situação.

Concedo o aparte a v.exa., com muito prazer, e depois em seguida ao deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Herneus de Nadal, líder do governo, por sua tranquilidade em fazer este debate.

Eu tenho falado com muitos trabalhadores do Hemosc e do Cepon e tenho visto vários deles chorarem porque querem garantir que aquele patrimônio, que é público, continue sendo público, gerenciado por servidor público. Eu falava anteriormente da tribuna que o projeto de reforma administrativa que veio para cá no ano passado, já não previa os cargos de direção do Hemosc, do Cepon e de nenhuma gerência.

Eles vieram aqui à época, eu lembro, estivemos juntos conversando com o líder do governo de então, deputado João Henrique Blasi, e foi reincluído, porque a intenção dessas mudanças que v.exa. tem falado nos últimos anos, no caso do Hemosc e do Cepon, é que a Fundação de Apoio ao Hemosc/Cepon, a Fahece, tome conta em absoluto do serviço, da gerência do serviço.

Essa fundação hoje tem R\$ 5 milhões de dinheiro público aplicado no sistema financeiro, que poderiam estar sendo usados para potencializar o serviço do Hemosc e do Cepon, e não estão. Há vários elementos para serem colocados como de privatização: os trabalhadores do Hemosc e do Cepon encontraram no site, no portal do ministério da Saúde, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o Cepon e o Hemosc como entidades privadas, como órgãos privados.

Está assim: "Cepon - razão social: Centro de Pesquisas Oncológicas; natureza da organização: fundação privada; esfera administrativa: privada." Isso para o âmbito do estado de Santa Catarina. E o mesmo se referindo ao Hemosc, Centro de Hematologia e Hemoterapia de nosso estado.

Então, os trabalhadores estão lutando, pois querem ser geridos pelo estado, e qual é o impasse? Os trabalhadores não concordam em assinar um papel parecido com esse, que autoriza o estado a ceder para uma entidade privada, no caso a Fahece, administrar, porque daí os direitos trabalhistas advirão daquilo que essa organização social privada achar que seja o direito trabalhista, vai regir conforme as normas da entidade privada. É claro que há o estatuto, ele pode recorrer, mas ele teria assinado um termo de cedência para a entidade privada.

Há a questão prática, sim, de praxe e de encaminhamento do cotidiano do serviço público, mas há também a questão da dignidade e do orgulho do servidor que está sendo ferido quando ele tem que assinar um documento dizendo que está sendo cedido.

Assim sendo, reafirmamos que isso em alguns anos é a garantia de que o serviço vai ser privatizado, vai ser discriminado entre aquele que tem convênio privado, particular daquele que só tem o SUS para se socorrer.

Estamos reafirmando isso aqui e continuaremos esse debate.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Os servidores, deputado Sargento Amauri Soares, são servidores públicos estaduais, não perdem os seus direitos. Não há como perder. Nem se alguém quisesse retirá-los, a lei os abriga. E logicamente que a cedência do Cepon e do Hemosc à Fahece é para a gestão.

Então, parece-me que há...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Elizeu Mattos, representando Lages, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu acompanhei a fala do nobre deputado Pedro Uczai no que se refere ao piso salarial dos professores no estado de Santa Catarina.

Eu tenho conversado e já conversei com o governador Luiz Henrique há alguns dias e com o próprio secretário da Educação Paulo Bauer e me parece que o que foi passado aqui é que o estado é contra o estabelecimento do novo piso salarial de R\$ 950,00 para os professores do estado de Santa Catarina. Mas não é bem assim, porque eu tenho conversado com o secretário e é bem ao contrário. O estado é a favor do novo piso salarial para o professor. O que vale, o que está sendo discutido é uma manifestação do ministério da Educação sobre a hora/atividade para começar a implementar o novo piso salarial do professor no estado de Santa Catarina.

Sobre a não-participação do secretário da Educação Paulo Bauer na audiência pública realizada nesta Casa, deputado Antônio Aguiar, no dia 16 de outubro, quero dizer que houve erro e desencontro de convites. Quero aqui esclarecer, para ficar bem claro para quem nos está assistindo pela TVAL e nos escutando pela rádio da Assembléia Legislativa, que no dia 9 de outubro o secretário da Educação recebeu um convite para participar, no dia 16 de outubro, de uma audiência pública nesta Casa, às 14h. No dia 9 foi emitido o convite a ele para participar dessa audiência pública no dia 16.

No dia 14 o secretário da Educação recebeu um ofício da comissão de Educação, Cultura e Desporto cancelando a audiência do dia 16, ocasião em que seria discutido o assunto do piso salarial dos professores. No dia 16 sai um novo ofício convidando o secretário para participar de uma audiência pública no auditório Antonieta de Barros, que discutiria a implementação salarial da Lei n. 11.738 que criou o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica. Esse ofício do dia 16 foi recebido na secretaria da Educação, às 15h30min, convidando o secretário Paulo Bauer para uma audiência que aconteceria às 14h do mesmo dia.

É impossível alguém participar ou mudar uma agenda de uma hora para outra e a audiência acontecer. Como alguém pode chegar numa audiência se o convite chega após o seu início?!

Mas vamos mais longe! Temos que falar a verdade para esclarecer os fatos, senão se cria, junto aos professores, deputado Professor Grando, uma imagem de que o governador do estado Luiz Henrique da Silveira e o secretário da Educação Paulo Bauer são contra ao novo piso salarial e não querem participar de audiência alguma para discutir a implementação desse novo piso salarial.

No mesmo dia, ao pesquisar, através do site, na agenda da Assembléia Legislativa, o que ocorreu nessa audiência, não apareceu, em momento algum, a referida audiência que discutiria a implementação do novo piso salarial de R\$ 950,00 para os nossos professores.

Então, quero fazer justiça aqui e deixar bem claro que não houve má vontade do governo do estado e muito menos da secretaria da Educação em participar dessa audiência pública que ocorreu no dia 16 de outubro, marcada nesse mesmo dia para as 14h, pois o secretário da Educação recebeu o convite para participar dela posteriormente, ou seja, às 15h30min.

Vamos fazer justiça! Não tenho aqui procuração para defender ninguém, mas quero fazer justiça e dizer que houve, sim, um engano, um equívoco na convocação da audiência pública e por isso o sr. secretário da Educação não pôde estar presente nessa audiência.

Mas quero aqui falar que a posição do governo é clara. Faltam alguns ajustes, faltam melhores esclarecimentos do ministério da Educação, pois o governo do estado tem dúvidas em algumas ações, mas o estado não vai deixar de implementar, professor que nos está assistindo, em momento algum, a questão do novo piso salarial.

Por isso estou aqui fazendo uso desta tribuna para fazer justiça ao secretário da Educação quanto à não-participação dele nessa audiência pública que foi cancelada e remarcada sem sequer ter sido colocada na agenda da Assembléia Legislativa.

Mas eu quero aqui, deputado Edison Andrino, fazer um registro bastante importante.

Hoje, deputado Professor Grandó, o nosso *Correio Lageano*, o jornal da serra catarinense, completa 69 anos de fundação. É o terceiro jornal mais antigo do estado. Nenhum veículo de comunicação da serra contabiliza período tão longo de atuação, deputado Antônio Aguiar.

Durante 12 anos o *Correio Lageano* circulou, no início, como um jornal semanal e depois, com entrada de jovens que fizeram um ponto diferencial, como o José Paschoal Baggio, que foi o fundador do *Correio Lageano*, do Evilásio Neri Caon, do Edézio Néri Caon e do Sirth de Aquino Nicoletti, o jornal começou a circular duas vezes por semana. Isso foi em 1955. Ele foi fundado em 1939 e em 1955 começou a circular duas vezes por semana.

E assim foi evoluindo o jornal *Correio Lageano*, que hoje é o principal informativo da serra catarinense. Eu sempre falo que é um dos melhores jornais do interior com qualidade. O deputado Professor Grandó conhece bem a qualidade do nosso jornal. É diferente um pouco do Rádio Clube Lages, pois quando se fala em rádio clube dizem que pega até em ferro de passar roupa, mas o nosso jornal é bastante lido. E para se ter uma idéia, 60 mil pessoas hoje manuseiam por dia o *Correio Lageano*. Por quê? Porque ele tem uma tiragem de cinco mil exemplares. Fazendo um cálculo nacional, se de cada jornal, em nível de cidade grande, seis pessoas lêem o jornal e, em nível de interior, 12 pessoas lêem o jornal, 60 mil pessoas, deputado Sílvio Dreveck, hoje lêem diariamente o *Correio Lageano*.

E eu quero aqui, nesta tribuna, também em nome deste Parlamento, cumprimentar a família de José Paschoal Baggio, fundador do *Correio Lageano*, na pessoa de sua filha, a empresária Isabel Baggio, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido. Um jornal que é totalmente imparcial em suas ações. Um jornal que procura mostrar o lado bom e positivo da serra catarinense. Um jornal que leva o nome não só de Lages, como de toda a serra catarinense.

Por isso ocupo a tribuna nesta Casa hoje para cumprimentar o *Correio Lageano*, na pessoa da empresária Isabel Baggio, que hoje tão bem toca esse grande jornal da serra catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Edison Andrino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres colegas deputados, o deputado Elizeu Mattos, que representa nesta Casa a região serrana, fez uma opção por morar nesta cidade no lugar mais bonito de Santa Catarina e um dos lugares mais bonitos do Brasil, que é a Lagoa da Conceição.

Eu conheço, deputado Herneus de Nadal, as duas mais bonitas paisagens do Brasil. É a Lagoa da Conceição, olhada do morro, e o Morro da Igreja, em Irbucí, que é a segunda paisagem mais bonita que eu conheço.

Eu quero aqui, com a aquiescência do deputado Elizeu Mattos, que muito bem representa aquela região, falar um pouco sobre o Morro da Igreja, em Irbucí.

Vejam v.exas. que no final de um trecho asfaltado que chega na região mais alta de Santa Catarina existe um destacamento que se chama Comar, da Aeronáutica, que faz previsão do tempo e acompanhamento de vôos. Mas ali tem que haver uma estrutura condizente com a região, com a beleza natural para atender os turistas. Uma questão, deputado Elizeu Mattos, até de segurança. Veja v.exa. que quando se chega lá não há como voltar.

Eu estava lá na semana passada, porque todo mundo que eu levo a Irbucí faço questão de levar ao Morro da Igreja, e encontrei dois ônibus, um ônibus da Universidade Federal de Santa Catarina, provavelmente com estudantes, com pesquisadores que foram conhecer aquela região, e não há como fazer a volta.

Eu não acredito que seja uma questão de segurança nacional. Eu vou requerer aqui, junto com v.exa., que seja realizada uma reunião na comissão de Turismo e Meio Ambiente, juntamente com a secretaria de Turismo de São Joaquim e a Aeronáutica, para fazermos ali um mirante, deputado Elizeu Mattos, com uma plataforma para dar segurança. Porque os turistas chegam ali e não há uma proteção de segurança. É um perigo! São crianças, mulheres, um local que venta muito e as pessoas chegam à margem do precipício, porque é um precipício aquilo ali, e não há a mínima estrutura de segurança no Morro da Igreja, uma das regiões mais bonitas do Brasil.

E eu não sei por que é que não há uma proteção! É uma região úmida, molhada, escorregadia. Então, há um espaço ali para se fazer um mirante, um bom estacionamento para dois ou três ônibus, para poderem fazer a volta dos seus veículos.

Então eu vou requerer, juntamente com v.exa., uma reunião na comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa, junto com o prefeito que acabou de ganhar a eleição e o prefeito atual também, para que aquela região seja contemplada com uma estrutura física para mantermos a segurança.

Isso é importante que seja feito, srs. deputados, porque no topo do morro da Serra do Rio do Rastro já aconteceu um acidente quando um turista desabou lá de cima. Não sei como não aconteceu no Morro da Igreja, em Irbucí!

Então, a secretaria de Turismo precisa fazer urgentemente uma parceria com a secretaria Regional de São Joaquim e a Aeronáutica, com a participação desta Casa, para resolver essa questão. E eu não sei por que essa situação não foi resolvida ainda. Eu acho que o que está faltando é diálogo, conversa, para que possamos ter lá uma estrutura condizente com a beleza daquele município de Irbucí.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Quero cumprimentar v.exa., deputado Edison Andrino. Na verdade, quando se fala em neve em Santa Catarina a correria é tão grande que o primeiro lugar que todo mundo vai é o Morro da Igreja. O primeiro lugar que dá neve em Santa Catarina é no Morro da Igreja pela sua altitude, pela sua beleza e as pessoas correm para lá.

Isto nos preocupa porque a neve é escorregadia nesse local. Por isso concordo com v.exa. quanto à necessidade de se fazer alguma coisa em comum com a Aeronáutica, porque ali se diz que é uma área de segurança nacional, onde fica o Comar, os controles de vôos do sul do Brasil.

Quero também dizer, para ajudar um pouco mais a nossa região, que nós temos a pavimentação de Irbucí à serra do Rio do Rastro e vamos fazer um apelo aqui, sr. presidente, para que esta Casa possa deliberar o mais rápido possível a questão do financiamento do BID para essa obra.

Hoje aquela estrada espera pelo financiamento do BID e nós já estamos há dias com esse projeto. Acho que o deputado Edison Andrino vai fazer no mesmo sentido, para que possamos o mais rápido possível deliberar esse financiamento, a fim de que não venhamos correr o risco e sermos acusados de que não aconteceu o financiamento do BID por nossa causa.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Veja v.exa. a imagem que está sendo projetada. O perigo ali é a pirambeira. O ônibus chega ao final, onde existe a cerca e não há como fazer a volta. É uma questão de segurança, de sobrevivência e as pessoas ficam ali ao lado do penhasco.

Então, deputado Elizeu Mattos, é uma necessidade para que as pessoas, os turistas e as visitas que se fazem constantemente, os estudantes que pesquisam possam ter segurança.

Provavelmente terá que haver a participação da Aeronáutica para permitir que se faça alguma coisa, porque ali é uma área que pertence à Aeronáutica, é um parque tombado. Com a secretaria de Turismo e a prefeitura eu tenho certeza de que nós vamos achar uma solução e vamos conseguir recursos da secretaria de Turismo, do governo do estado de Santa Catarina, em parceria com a prefeitura, para realizarmos essa obra, que é de vital importância para o município de Irbucí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, sou membro da comissão de Turismo e Meio Ambiente e realmente o colega Edison Andrino tem total razão. Conheço muito aquele local, até estranho que o ônibus tenha conseguido subir e fazer a volta porque realmente é uma grande subida. É um dos lugares mais belos de Santa Catarina, estarei empenhado nessa sua sugestão de continuar essa luta para reivindicar, no mínimo, uma plataforma para que os turistas possam ter segurança e possam fazer a manobra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, na verdade, queria comentar aqui um assunto que todos os dias vemos pela televisão, a quebra das bolsas de valores que iniciou nos Estados Unidos.

O que se observa, em resumo, é que aqueles que ganham muito dinheiro, o sistema financeiro, na hora em que rende, divide, partilha os lucros, entre os maiores acionistas. Contudo, quando dá prejuízo, ele é dividido com todo mundo. Foi isso o que vimos anteriormente no sistema financeiro brasileiro e hoje vemos bancos no país com lucros extraordinários. Porém temos a certeza de que na hora em que eles apresentarem prejuízos, esses vão ser divididos com toda a sociedade.

Na verdade, o mundo passa por um processo de desnudamento, passa por um processo em que se retira a farsa, o capuz. Certamente a quebra das bolsas não passa de um sistema virtual, de uma falsidade, de uma especulação, da venda de algo irreal que de repente volta ao real. Porque os que venderam, os que comercializaram, os especuladores estão muito bem, obrigado, agora aqueles que são donos de algumas ações, a grande massa da população americana e européia, os chineses, os asiáticos, os brasileiros, enfim, aqueles que foram na conversa do paradigma americano do capitalismo triunfante, digamos, do sistema neoliberal, de que tudo pode ser vendido e que dependem daquela propaganda toda, agora voltam à realidade e voltando à realidade, deu no que deu.

(Passa a ler.)

"Contudo alguns fatos dissonantes perturbaram aquela harmonia. Em primeiro lugar, o contraste entre o auge consumista e o quase desaparecimento da poupança pessoal. Os cidadãos do Império gastavam todos os seus rendimentos e contraíam dívidas porque, de maneira direta ou através de fundos de investimento ou de pensões, ganhavam muito dinheiro na bolsa, ganhavam muito dinheiro especulando na Bolsa." Até com aqueles que não podiam comprar.

"As empresas, especialmente as chamadas *tecnológicas*, viam como dia após dia valorizavam-se as suas ações - o que lhes permitia (sobre)investir e (sobre)endividar-se. Tudo isso fazia subir as cotações na bolsa sem grande ligação com a rentabilidade real das firmas." [sic]

Ou seja, venderam por muito tempo a falsidade para uma porção de inocentes e esses agora estão pagando a conta. Aqueles que venderam já ficaram com o lucro.

(Continua lendo.)

"A bolha desinchou no ano 2000, Clinton entregou o seu posto a Bush e instalou-se a recessão.

[...]

Não faltaram observadores, especialmente do campo *progressista*, para assinalar o antagonismo entre um Bush arbitrário e imperial e um Clinton multilateral, negociador, apegado ao jogo das instituições." [sic]

Eu quero destacar, sr. presidente, que quem impulsionou todo esse sistema do irreal foi o sistema econômico, foi ele que deu sustentabilidade a tudo isso.

(Continua lendo.)

"Aparentemente os Estados Unidos empurram para o pântano o conjunto das áreas dominantes do mundo, mas se aprofundássemos a reflexão poderíamos ver esse processo de outra maneira. A dívida externa total da América do Norte (a pública mais a privada) ronda os 4 milhões de dólares e os seus principais credores são os japoneses, chineses e europeus. Estes últimos aceitam dólares e compram títulos do Tesouro estadunidense, ajudando assim a superpotência a cobrir o seu déficit fiscal e a comprar bens e serviços ao resto do mundo (potenciando o seu déficit de comércio exterior). Também adquirem na Bolsa ações das empresas dos Estados Unidos e propriedades no referido país, alentando as especulações bursáteis e imobiliárias. Por que o fazem? Porque necessitam sustentar o primeiro cliente do planeta, se este afundar também afundarão as exportações e as colocações de excedentes financeiros dos referidos países. O Japão vem amortecendo já há três lustros uma crise de sobreprodução que não pôde superar, sobram-lhe mercadorias e fundos que sem o mercado norte-americano seriam incolocáveis, não existe no mundo um comprador com o porte da superpotência." [sic]

Enfim, sr. presidente, para concluir, queria colocar que na verdade o que está acontecendo é que a culpa está sendo compartilhada, o prejuízo de toda aquela farsa agora está sendo compartilhado. É a mundialização do capitalismo.

(Continua lendo.)

"A mundialização do capitalismo coloca todas as classes dominantes das potências no mesmo barco, que também dispõe de camarotes de segunda e terceira classe para as burguesias periféricas, capturadas pela teia financeira. Nenhuma delas pode distanciar-se do desastre, a que sair do jogo cai - ainda que, se persistir, cedo ou tarde será arrastada pela futura depressão global. Isto significa que não existe espaço histórico para potências de substituição do Império em decadência." [sic]

De forma, sr. presidente, que queria colocar aqui a participação e comentários sobre essa crise do mundo, que é a crise do desnudamento, a crise de mostrar a verdadeira farsa, a repetição daquilo que aconteceu em 1929 e que o mundo esqueceu, a farsa, a venda do irreal, o uso do *marketing* para vender ações de valores irrealis, que depois voltaram ao seu valor real. Quem ganhou, já ganhou, já teve o seu lucro, e a grande massa mundial espalhada pelo planeta, essa, sim, formada pelos mais pobres, acaba por pagar essa grande conta social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados e telespectadores da TVAL, hoje pela manhã fiz parte do grupo de presidentes das comissões de Agricultura, de Turismo e Meio Ambiente, de Constituição e Justiça e de Finanças, que recebeu representantes do setor produtivo que está preocupado e que veio colocar a sua visão sobre o Código Ambiental, ou seja, sobre o que consta do Projeto de Lei n. 0238/2008, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e que está tramitando na Assembléia desde o mês de julho.

Aqueles representantes expuseram a sua visão sobre esse projeto pedindo celeridade, agilidade, para que seja votado ainda este ano. Os presidentes das comissões assumiram esse compromisso. Todos temos a intenção de que esse projeto seja votado ainda este ano e para isso acabamos de acertar, aqui na sala de imprensa, o calendário de audiências públicas que vamos realizar por todo o estado. Serão dez audiências públicas, que começarão no dia 3 de novembro próximo e finalizarão no dia 19 de novembro, aqui em Florianópolis. Essas audiências públicas vão permitir que setores organizados da sociedade, setores ligados à produção, organizações dos movimentos sociais e ambientais e órgãos governamentais estaduais participem do debate para que possamos aprovar o melhor Código Ambiental possível.

Essa proposição foi entregue, inicialmente, ao governador no começo de março, através de uma proposta da Fatma, elaborada com a colaboração dos setores envolvidos. Uma vez encaminhada ao governo, ela foi modificada e o governo apresentou-a à Assembléia, e agora está sendo discutida. Essa minuta da Fatma tem alguns aspectos que no projeto do governo do estado apresentam alguma melhoria quanto às técnicas legislativas. Contudo, uma questão chama a atenção, porque alguns aspectos contrariam a legislação ambiental federal e

colocam para a Assembléia Legislativa um dilema, um desafio: enfrentar as questões ambientais fora da Constituição, enfrentar a Constituição ou o desafio de regulamentar o que está previsto na legislação federal.

Também me chama a atenção o fato de que essa legislação já está sendo encarada pelos setores produtivos e até pelo governo do estado como uma solução para os problemas existentes, ou seja, os conflitos gerados entre os que preservam e os que destroem o meio ambiente em Santa Catarina. Está sendo criada uma expectativa em torno disso. Eu penso que não é bem isso que vai dar a efetiva segurança jurídica aos investidores do setor produtivo. Não é só isso. Também carecemos de normas para implementação de outros instrumentos da política ambiental, que já foram, inclusive, aprovados nesta Casa.

Então, além do Código Ambiental, onde está o zoneamento ecológico econômico, que já foi aprovado e que precisa ser realizado? Onde está o programa de gerenciamento costeiro, que já foi aprovado e que precisa ser realizado? Por que não se cria o ICMS ecológico em Santa Catarina, que seria um instrumento importante nos municípios para a preservação do meio ambiente? Onde estão as políticas de incentivo aos pequenos agricultores que prestam serviços ambientais relevantes? No estado de Minas Gerais, por exemplo, já existe isso com os agentes ambientais, aqueles que preservam as áreas de preservação permanente nas suas propriedades.

Enfim, é uma reflexão que fazemos, ou seja, que o Código Ambiental por si só não resolve esse conflito aparente, porque precisamos encontrar qual o meio, o ponto mais justo de equilíbrio entre preservar o meio ambiente e produzir. Precisamos encontrar esse ponto de equilíbrio! O código se propõe a isso, mas por si só não resolve, pois há várias outros instrumentos, tais como: zoneamento ecológico econômico, programa de gerenciamento costeiro e tantos outros projetos que o governo do estado ainda não encaminhou e precisam ser encaminhados para completar a nossa legislação ambiental e aí, sim, dar a segurança jurídica que o setor econômico precisa para empreender em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Nós precisamos, sr. presidente, para os municípios, transformar em dinheiro as iniciativas ambientais. Nós teríamos que dar um estímulo para aqueles que preservam e promovem o meio ambiente. Se o Código Ambiental criar mais um conjunto de restrições, não irá estimular as iniciativas nos municípios.

Por isso, sr. presidente e deputado Décio Góes, queria pedir a v.exas. e aos nobres pares desta Casa o seguinte: sou autor de um projeto de lei que tramita nesta Casa, e peço agilidade na sua tramitação, que determina que até 5% do valor total do ICMS passe a ser distribuído conforme critérios de promoção de preservação ambiental. Outros fatores também entrariam na modificação e distribuição do ICMS.

Hoje, falando com o deputado Renato Hinnig, pedi o seu apoio; peço agora o apoio das bancadas do PT, do PMDB, do PP, enfim, de todas as bancadas, para que inovemos modificando os critérios de distribuição do ICMS, e um deles é justamente o fator ambiental para transformar em dinheiro para o município as iniciativas de preservação ambiental.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Eu queria, então, nesta minha fala, chamar a atenção da necessidade de encontrarmos o ponto de equilíbrio entre o preservar, o produzir e o trabalhar, é preciso que as casas legislativas se voltem para essa questão de oferecer marcos jurídicos importantes, confiáveis para garantir investimentos com preservação.

Então, quero chamar a atenção da comissão de Turismo e Meio Ambiente, que amanhã, às 13h, terá uma reunião, para a qual já convoco todos os deputados, porque a pauta é esse assunto e nós precisamos dar continuidade com serenidade à questão do Código Ambiental de Santa Catarina.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados. (Pausa)  
Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental. Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, às nove horas, sob a Presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 22ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, reuniram-se os senhores deputados: Manoel Mota, Gelson Merísio, Sílvio Dreveck, Elizeu Mattos, em substituição ao dep. Renato Hinnig, José Natal Pereira, Décio Góes, Joares Ponticelli, em substituição ao deputado Jandir Bellini e a deputada Professora Odete de Jesus. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação a ata da 21ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O Presidente concedeu a palavra ao Senhor Nestor Raupp, Diretor Geral da Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina, em substituição ao Secretário de Fazenda senhor Sérgio Alves, que veio a essa reunião por solicitação do Presidente desta Comissão deputado Jorginho Mello, para esclarecimentos sobre o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2008, conforme prevê o § 4º, do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000. O Senhor Raupp cumprimentou a todos e ao apresentou sua equipe, apresenta o programa desenvolvido pelo grupo técnico, o qual chamou de SAT, que veio enterrar o ITCMD, que exigia muitas demandas burocráticas. O programa atual, segundo ele, está disponibilizado no site, oferecendo tudo o que o cidadão necessita e com resposta imediata. A Secretaria de Fazenda busca fazer mais e melhor para a sociedade. Passando a palavra, o Senhor Cleoverson Siwert Diretor do Tesouro apresentou o relatório de atividades do segundo trimestre, contextualizando a análise dos números. Ressaltou que os resultados de 2008, foram positivos, refletindo o bom momento econômico do estado e do país, aliado ao processo de profissionalização, do aumento do produto interno bruto (PIB) e do planejamento implementado, esses fatores trouxeram mais independência de gestão e como resultado, o estado está se auto-financiando, o que demonstra o bom gerenciamento, dando capacidade de por em prática o que foi planejado, concluindo a apresentação. Com a palavra, o deputado Sílvio Dreveck agradeceu a visita e indagou sobre a utilização dos recursos dos fundos, para onde estão migrando? perguntou ele, já que não ficou claro no decorrer da apresentação. Outro questionamento feito pelo deputado ficou a cargo das despesas de custeio operacional sobre as Secretarias Regionais, aproveitou para fazer um pedido de esclarecimento sobre as mesmas, em forma de Ofício ou visita a esta Casa Legislativa. Com a palavra, o deputado Décio Góes agradeceu a visita da equipe fazendária, porém se diz insatisfeito com a explanação, pois com relação aos fundos, não existe clareza na sua destinação, acrescentou ainda a ausência de reajuste ao funcionalismo público, que há seis anos não recebe reajuste, salvo algumas zonas de conflito que foram agraciadas. O Presidente Jorginho Mello passou a palavra ao deputado José Natal Pereira, para relatar o Of. 0220.7/2008, seu parecer foi pela aprovação, a deputada Professora Odete de Jesus solicitou vista em gabinete. Na sequência, foi concedida a palavra à Coordenadoria do Orçamento Regionalizado, na pessoa do senhor Lício Mauro da Silveira, que parabenizou o trabalho da Secretaria da Fazenda e apresentou os servidores da ALESC pertencentes a Coordenadoria do Orçamento Regionalizado e a Coordenadoria de Informática, que desenvolveram um programa de informática, com o objetivo de facilitar aos parlamentares no acompanhamento do projeto de Lei Orçamentário dentro do Poder Legislativo. O Coordenador do Orçamento apresentou o Servidor da Coordenadoria de Informática, senhor Edson Bez, para apresentar o programa, segundo apresentação, o mesmo contém um sistema de cadastro de emendas, documentos do orçamento estadual, como Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA), um glossário com oitocentos termos técnicos relativo ao orçamento, além de uma vídeo-aula com todos os passos de acesso à sua tramitação e documentos gerados pelo orçamento estadual. Estas informações serão disponibilizadas ao público pela Internet, salvo algumas informações, que só serão disponibilizadas na Intranet. Com a palavra, o senhor Lício Mauro da Silveira pediu apoio dos deputados no sentido de mandarem um servidor de seu gabinete e um do quadro funcional, efetivo, para receberem orientação e daí poderem processar o programa. O Presidente deputado Jorginho Mello concordou com o Coordenador e sem manifestação dos membros da Comissão, o Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, onde, para constar eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

**Deputado JORGINHO MELLO**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DA PROCURADORIA

**Fábio de Magalhães Furlan - Procurador- Presidente**  
**Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária**

#### ATA DA 166ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 166ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria tratados na reunião da Mesa do dia 08/10/08, também aos pareceres exarados nos Ofícios: Of. nº 64071.1/PJG de 06/10/2008, Interessado: Gercino Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça "Ofício do Promotor de Justiça Dr. Ricardo Luis Dell'Agnolo, da Comarca de Balneário Camboriú e Of. nº 447/2008/CME de 03/10/2008, Interessado: Luiz Eduardo Couto de Oliveira Souto - Procurador de Justiça, Coordenador-Geral do Centro de Apoio Operacional do Meio-Ambiente, ambos solicitando informações sobre a tramitação de proposições que trata da utilização de material biodegradável e reutilizável para embalagens de produtos no Estado de Santa Catarina". 1) Em regime de vista: Processo nº 1405/08, de Moisés de Faria, relator Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovado voto vista do Dr. Luiz Alberto Seccon pelo indeferimento e Processo nº 1580/08, de Aline Agapito, que após várias discussões, teve aprovado parecer do relator pelo deferimento. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer pelo indeferimento ao Processo s/nº - Correspondência de 04/07/2008, Interessado: José Eduardo da Costa - ex Prefeito de Biguaçu "pedido de verificação de aposentadoria". Continuando, aprovado parecer a Consulta - Of. CL nº 377/08 de 08/10/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "2º Termo Aditivo ao Contrato de Sandra Tavares (coffee break)". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1854/08, de Rosângela Rosa. 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 1783/08, de Laércio José Michels e Consulta - Of. CL nº 381/08 de 09/10/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Inexigibilidade ECO-POWER - Fórum Internacional de Energia Renovável e sustentabilidade". 5) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovado parecer por unanimidade ao Processos nº 1848/08, de Irene Oliveira. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 1772/08, de Jamile Machado e Consulta - Of. CL nº 383/08 de 10/10/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Inexigibilidade para a AFALESC (V Congresso Internacional de Taquigrafia Parlamentar e Judiciária em Florianópolis)". Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente parabenizou juntamente com o colegiado o Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, que assumiu no mês corrente função no Conselho Fiscal da OABPrev/SC - Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia 22 de outubro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2008.

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO****EXTRATO Nº 149/2008**

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 040/2007, celebrado em 23/08/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: VH Informática Ltda.

OBJETO: reconhecer o incremento de 15,11248% correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de agosto de 2007 a julho de 2008, exclusivamente sobre os valores contidos no item 2.2, subitens 1, 2, 3, 5 e 6 da Cláusula Segunda do 1º Termo Aditivo ao Contrato original, REFERENTE Prestação serviços especializados em desenvolvimento de sistemas, administração banco de dados, etc.

VALOR MENSAL: passa de R\$307.480,00 para R\$ 339.488,68

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; item 7.5 da Cláusula Sétima do Contrato original; e autorização administrativa.

Florianópolis, 01º de outubro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Valdir Antônio Haubert - Sócio Gerente

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 304/2008**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.918, de 27 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o controle populacional de cães e gatos no Estado de Santa Catarina, acompanhada de ações educativas sobre propriedade responsável de animais, e adota outras providências.

Art. 1º Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei nº 13.918, de 27 de dezembro de 2006, nos seguintes termos:

"Art. 1º (...)

§ 4º Fica vedada a eliminação da vida de cães e de gatos pelos órgãos de Controle de Zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, exceção feita à eutanásia, permitida nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infecto-contagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde de pessoas ou de outros animais.

§ 5º A eutanásia será justificada por laudo do responsável técnico pelos órgãos e estabelecimentos referidos no parágrafo anterior, precedido, quando for o caso, de exame laboratorial, facultado o acesso aos documentos por entidades de proteção dos animais."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 21/10/08

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei atende a sugestões propostas por todo o segmento ligado à questão dos animais, bem como aos princípios constitucionais vigentes de proteção animal.

A Constituição da República tem sido alvejada pela atual política de saúde pública, que viola princípios elencados em seu art. 37, relativos à Administração Pública, como o princípio da eficiência, uma vez que a mesma deveria utilizar-se de forma adequada e racional dos meios disponíveis para obter o melhor resultado possível, o que não ocorre no tocante ao controle das zoonoses e da população animal. Diga-se o mesmo quanto ao princípio da moralidade, uma vez que a política de saúde pública, ao exterminar milhares de animais, revela descaso pela vida, repelindo qualquer obrigação moral dos seres vivos.

Com o apoio dos ilustres parlamentares desta Casa, teremos soluções eficazes e dignas para a questão, abandonando a prática do cruel extermínio sistemático.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 305/2008**

Cria o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de *Telemarketing* e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligações de *Telemarketing*.

Parágrafo único. O Cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de *telemarketing*, ou estabelecimentos que se utilizem desse serviço, efetuem ligações telefônicas, não-autorizadas, para os usuários nele inscritos.

Art. 2º Compete ao Procon/SC implantar, gerenciar e divulgar aos interessados o Cadastro, a partir da publicação desta Lei, bem como criar os mecanismos necessários à sua implementação.

Art. 3º O Procon/SC disponibilizará, em seu site oficial e por meio de linha telefônica específica, a lista de usuários do Cadastro a que se refere o art. 1º, discriminando o número do telefone e a data da inscrição.

Parágrafo único. Para se inscrever no cadastro, as pessoas físicas ou jurídicas deverão cadastrar-se previamente no Procon/SC.

Art. 4º A partir do trigésimo dia do ingresso do usuário no Cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao Parágrafo único do art. 1º, ou pessoas físicas contratadas com tal propósito, não poderão efetuar ligações telefônicas destinadas às pessoas inscritas no Cadastro.

§ 1º A qualquer momento, o usuário poderá solicitar a sua exclusão do Cadastro.

§ 2º Será aplicada multa no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais) por ligação efetuada de forma indevida.

Art. 5º Não se aplicam os dispositivos da presente Lei às entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos próprios.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Professor Grandó

Lido no Expediente

Sessão de 21/10/08

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por objetivo oferecer aos usuários do sistema convencional e móvel de telefonia no Estado de Santa Catarina a alternativa do não-recebimento de ligações efetuadas por instituições diversas que realizam o serviço de *telemarketing*.

A proposta foi inspirada em ação semelhante implementada nos Estados Unidos, há alguns anos, denominada *Do Not Call* e na Lei estadual de São Paulo nº 13.226, de 7 de outubro de 2008.

Os serviços de *telemarketing* têm sido os recordistas em reclamações nos Procons de todo o País. São informações desconhecidas, confundindo o consumidor, longas esperas dos usuários pelo atendimento almejado, produtos e serviços que não condizem com a oferta, etc. Inclusive, já apresentamos nesta Casa de Leis Projeto de Lei objetivando preservar o cidadão desses abusos. Sendo assim, Senhoras e Senhores Deputados, solicitamos vossa atenção para que esta iniciativa tenha a devida aprovação, beneficiando o cidadão catarinense, bem como, contribuindo para otimizar os serviços prestados pelas empresas de *telemarketing*.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 306/2008**

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Vida Saudável - AVISA, com sede e foro na cidade de Criciúma - SC.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Vida Saudável - AVISA, constituída sob forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CGC sob o nº. 08.911.606/0001-90, fundada em 01 de maio de 2007, com sede e foro no município de Criciúma - SC.

Art. 2º A Entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estudo se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

José Natal Pereira  
Deputado Estadual - PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 21/10/08

**JUSTIFICATIVA**

A Associação Vida Saudável - AVISA, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de acesso aos funcionários ativos e inativos de Empresas associadas a AVISA, de seus dependentes econômicos, cônjuges ou companheiros de funcionárias e demais pessoas devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração, proporcionando-lhe atividades esportiva, social, cultural turística e recreativa, com patrimônio e personalidade jurídica com abrangência no Estado de Santa Catarina.

Importante salientar que na busca de seus objetivos a Associação busca promover o congraçamento dos seus associados para incentivar a participação nas diversas atividades ocupacionais, tais como, cursos, treinamento, palestras, concursos, espetáculos artísticos e culturais, trabalhos de assistência social, entre outros.

Face à relevância dos propósitos a que destina a referida entidade, tenho a certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO LEI Nº 307/2008**

Denomina Ronildo de Freitas Gomes o hangar do Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, em Jaguaruna.

Art. 1º Fica denominado Ronildo de Freitas Gomes o hangar do Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, em Jaguaruna.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Genésio Goulart

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/10/08*

**JUSTIFICATIVA**

Romildo de Freitas Gomes nasceu em Tubarão no dia 28 de setembro de 1962, e faleceu no dia 27 de agosto de 2000.

Técnico em patologia clínica, professor de geografia, ciências e história, aprovado no vestibular de engenharia química pela Unisul, era técnico em transações imobiliárias pelo Sesc de Florianópolis, e participou do Rotary Club Internacional.

Em 24 de agosto de 1984, fundou junto com sua esposa Varilda Joana Medeiros Gomes, a Indústria de Alimentos e Massas Varigom. Como grande empreendedor, correu atrás das oportunidades. Foi fundador e Presidente da Associação de Micro Empresários (Ampe) de Tubarão, também foi membro Diretor da Federação de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc).

Desde criança, já tinha paixão por aviões, seu sonho era pilotar e voar. O primeiro contato com o voo aconteceu aos 18 anos, durante o serviço militar, na Base Aérea de Florianópolis.

Aprender a voar é um privilégio concedido a poucos, seja pelas necessidades socioeconômicas envolvidas, ou em função do alto grau de aptidão mental exigido. Ronildo tinha o dom em sua essência, assim, buscou profissionalizar suas técnicas para colocar em prática sua vontade de voar. Iniciou com Aeromodelismo (mini-aviões de controle), a seguir, com aulas em monomotor, tirou o brevê de piloto, fez diversos cursos, treinos e práticas incessantes, transmitindo sua satisfação com tanta alegria que refletia em todos os sentidos da sua vida, e era perceptível a todos que fizessem parte do seu dia-a-dia.

Hoje, é uma forma de homenagem a um grande sonhador e adorador das alturas e empreendedor destacável no seu meio social, contemplar o hangar do Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi com o seu nome.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 308/2008**

Altera o § 8º e insere o § 9º no art. 70 da Lei nº 5.983 de 27/11/81.

Art. 1º - Fica alterado o § 8º e inserido o § 9º do art. 70 da Lei nº 5.983 de 27/11/81, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 8º. Mediante oferecimento de garantia real, o parcelamento previsto no inciso II do caput poderá ser ampliado para até 90 (noventa) prestações, quando o crédito tributário for exigido por notificação fiscal, ainda que inscrito em dívida ativa.

§ 9º. A critério da administração o parcelamento previsto no inciso I do caput, poderá ser ampliado para até 36 (trinta e seis) prestações, na denúncia espontânea.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Renato Hinnig

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/10/08*

**Justificativa**

A administração tributária tem procurado, através de suas ações, incentivar o contribuinte a cumprir voluntariamente as suas obrigações, fazendo parte do trabalho preventivo do fisco de manter e ampliar percentual recolhimento dos tributos estaduais.

Para colaborar com estas ações apresentamos o projeto ora em análise que pretende permitir aos contribuintes que confessem espontaneamente suas dívidas a possibilidade de quitá-las em até 36 (trinta e seis) parcelas, sem apresentação de garantia real, possibilitando um maior alcance a todos os devedores.

As alterações se justificam em virtude do princípio da confissão, que preconiza o interesse de regularizar espontaneamente o débito, sendo que a exigência de garantia inviabiliza em muitos casos a vontade do contribuinte. Será mantida a exigência de garantia real nos casos do crédito tributário já constituído, esteja ele inscrito ou não em dívida ativa.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 309/2008**

Autoriza Governo do Estado de Santa Catarina a adotar nas escolas públicas da rede de ensino médio e superior o uso de microfone durante as aulas ministradas pelos professores

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a adotar nas escolas públicas da rede de ensino médio e superior do Estado de Santa Catarina o uso de microfone durante as aulas ministradas pelos professores.

Art. 2º As salas de aula dos estabelecimentos de ensino público dos níveis médio e superior, com 40 ou mais alunos deverão dispor de dispositivo de sonorização para uso exclusivo do corpo docente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputada Prof. Odete de Jesus**

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/10/08*

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A presente proposição tem como escopo a saúde pública, a diminuição do quadro de doenças na garganta em professores por conta do uso excessivo das cordas vocais.

Essa proposta pretende oferecer a brava e incansável classe dos professores melhores condições de realizar seu *munus*, já que muitos deles iniciam suas atividades no período matutino e só encerram as aulas/atividades no período noturno.

O presente projeto de lei também objetiva que muitos professores uma vez tendo problemas vocais, não precisem se afastar do trabalho ou mudar de ocupação por conta de problemas na voz. Tais problemas são identificados em face do uso excessivo e inadequado da voz somadas as condições impróprias de trabalho.

Não são poucos os casos que começam com um pigarro depois uma rouquidão chegando em casos de perda da voz e infecção na garganta, acarretando em prejuízos pessoais, funcionais e sociais, requerendo ao final tratamento clínico apropriado, motivando ausência da sala de aula sem fazer uso da voz, importante instrumento de trabalho para os professores.

Pelo acima exposto, considerando as relevantes atribuições e a importância dos professores na vida em sociedade, especificando aos educandos em Santa Catarina, buscamos através da proposta estabelecer mecanismos que assegurem melhor desempenho dos professores, elevando assim a qualidade de ensino.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria pelo presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 310/2008**

Institui o dia do Auditor Fiscal Tributário, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica instituído o Dia do Auditor Fiscal Tributário, do Estado de Santa Catarina, no calendário cívico e cultural do Estado.

Parágrafo Único - O Dia do Auditor Fiscal Tributário será comemorado no dia 21 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Renato Hinnig

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/10/08*

**JUSTIFICATIVA**

A instituição de uma data para homenagear o Auditor Fiscal Tributário demonstra a importância deste cargo. É se o auditor fiscal tributário é importante para o Estado, o é também e, por conseguinte, para toda a sociedade, vez que a atuação do Estado é consectário natural da existência do interesse público.

Se há intervenção do Estado em, praticamente, todas as atividades humanas, existem necessidades públicas que denotam interesses básicos a serem satisfeitos e que são objetivos a serem atendidos pelo Poder Público. Importante dizer que estas necessidades públicas revestem-se de tamanha importância que são asseguradas no nosso Texto Constitucional. Logicamente nenhuma necessidade pública poderá ser atendida sem que o Estado desenvolva uma atividade financeira, arrecadando recursos e administrando-os para que se alcance um objetivo maior.

Diante disto, logo percebemos que nada disto se viabilizaria se não tivermos o aparato humano para cumprir este mister de arrecadar recursos para o provimento das necessidades. Sem essa participação, os direitos sociais do cidadão, entre eles, a saúde, a educação, a segurança, bem como os programas sociais, não serão

assegurados sem essa participação, a folha de pagamento dos servidores não será cumprida, as rodovias e ruas não serão pavimentadas. Sem essa participação, não se alcançará, ao menos, o mínimo existencial, que deve ser garantido à coletividade.

Evidente que este aparato humano se materializa na função dos auditores fiscais tributários. Sem que esses executem a tarefa de controle e fiscalização da arrecadação dos tributos, o Estado não alcançará também suas finalidades precípuas. A máquina pública se estagnar.

A arrecadação de nosso Estado evidencia a eficiência dos auditores, sua qualificação profissional e, principalmente, seu comprometimento com o trabalho.

Desta forma, a par das conquistas de nossos auditores fiscais tributários, a par de seus esforços para alcançar suas prerrogativas, observamos a dedicação para que o nosso Estado alcance alto grau de desenvolvimento. Enfim, podemos dizer aos auditores fiscais tributários que eles fazem parte da história de nosso Estado e do seu desenvolvimento, contribuindo para que o nosso Estado seja um bom lugar para se viver e trabalhar.

A escolha do dia 27 de setembro se dá em razão de comemoração do dia de São Matheus. Sendo este um apóstolo nascido na Galiléia que trabalhou como coletor de impostos em Capharnaum. Ele é o padroeiro dos contadores, oficiais alfandegários, fiscais financeiros, conselheiros fiscais, operadores de bolsas de valores, economistas, e, principalmente dos auditores fiscais.

Cabe salientar, que esta solicitação foi intermediada pelo Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina - Sindifisco, assim como consta no ofício 21/2008 em anexo.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 311/2008

Declara de utilidade pública o Instituto Lagoa Social localizado no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Lagoa Social, com sede e foro no Município e Comarca de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado César Souza Junior

Lido no Expediente

Sessão de 22/10/08

#### JUSTIFICATIVA

Submetemos a douta consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei que visa Declarar de Utilidade Pública o Instituto Lagoa Social, com sede no município de Florianópolis.

Diante da relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, conforme termos instituídos em seu estatuto e para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito o acolhimento da presente proposição pelos respectivos pares.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 312/08

##### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

##### Gabinete da Presidência

Ofício n. 1049/2008 GP

Ref.: Envio de Projeto de Lei

Florianópolis, 17 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO CESAR GARCIA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**N E S T A**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, Projeto de Lei que "autoriza o Poder Judiciário a alienar imóvel no Município de Balneário Camboriú", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte na sessão de 15 de outubro.

No ensejo, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

**FRANCISCO** José Rodrigues de **OLIVEIRA FILHO**  
**PRESIDENTE**

Lido no Expediente

Sessão de 22/10/08

#### PROJETO DE LEI Nº 312.3/2008

##### Autoriza o Poder Judiciário a alienar imóvel no Município de Balneário Camboriú.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a alienar imóvel de propriedade do Estado, matriculado sob o nº 23223, em fl. 222, do Livro nº 2, do Registro de Imóveis de Balneário Camboriú, em data de 13 de outubro de 1982.

Art. 2º A alienação, mediante processo de licitação, será realizada de acordo com a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações pertinentes.

Art. 3º Cabe à Diretoria-Geral Administrativa deflagrar e executar o procedimento licitatório previsto por esta Lei.

Art. 4º A receita da alienação do imóvel será destinada ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça, consignando-se recursos necessários a obras no imóvel que é sede atual da Comarca.

Art. 5º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou por quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

Luiz Henrique da Silveira  
GOVERNADOR DO ESTADO

#### JUSTIFICATIVA

O projeto de lei versa sobre a alienação do imóvel no qual funcionava o Fórum da Comarca de Balneário Camboriú, matriculado sob o n. 23.223, do Livro n.2 do Registro de Imóveis do Município. Com efeito, tem-se que este se localiza em região distante da atual sede da Comarca, que, por sua vez, precisa ser ampliada para que possa conter todas as unidades jurisdicionais.

Presentemente, a Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude localiza-se no imóvel objeto da alienação, causando dificuldades de deslocamento e de pessoal e encarecendo a manutenção.

Por outro lado, com a receita da alienação, tornar-se-á possível a realização de obras de ampliação do Fórum de Balneário Camboriú, o que permitirá o deslocamento da referida Vara para o novo local, além de possibilitar do mesmo modo, a construção de anexo que permita no futuro a criação e instalação de novas unidades jurisdicionais.

Os procedimentos que serão adotados, após observado o art. 39, IX, da Constituição Estadual, será o estabelecido pela Lei n. 8.666/93, tendo em vista que o bem já foi oportunamente avaliado, com base nas exigências legais.

Por conseguinte, tem-se que a medida é fundamental à administração do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, que capitalizará os recursos necessários ao desenvolvimento das atividades jurisdicionais em Balneário Camboriú.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 313/2008

Declara de utilidade pública a Associação Convention & Visitors Bureau de Tubarão e Região.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Convention & Visitors Bureau, com sede no município de Tubarão.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 22/10/08

#### JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação Convention & Visitors Bureau de Tubarão e Região**, atendendo a pedido da própria entidade que necessita desse reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender às suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR</b>
-------------------------------------

**Projeto de Lei Complementar nº 032/08**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete da Presidência**

Ofício n 1048/2008 GP Florianópolis, 17 de outubro de 2008  
 Ref.: Envio de Projeto de Lei Complementar

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO CESAR GARCIA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**NESTA**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, Projeto de Lei Complementar que: " altera o § 2º do art. 6º da Lei Complementar n. 406/08, que transformou os cargos de Escrivão Judicial e de Secretário do Foro do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina, criou cargos e adotou outras providências", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte na sessão do dia 15 de outubro.

No ensejo, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

**FRANCISCO José Rodrigues de OLIVEIRA FILHO**  
**PRESIDENTE**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 22/10/08*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 32, de outubro de 2008

Altera o § 2º do art. 6º da Lei Complementar n. 406/08, que transformou os cargos de Escrivão Judicial e de Secretário do Foro do Quadro Pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina, criou cargos e adotou outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 406, de 25 de janeiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

§ 2º. No caso de substituição, falta ou impedimento, as funções de Chefia de Cartório e de Chefia da Secretaria do Foro poderão ser desempenhadas por servidor efetivo, preferencialmente ocupante de cargo de nível médio e portador de diploma de curso superior, o qual perceberá o valor da gratificação prevista no *caput*, acrescida da diferença de vencimento entre o seu cargo e o nível ANS-10/A da referida tabela."

Art. 2º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Tribunal de Justiça.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de vigência da Lei Complementar nº 406/08.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**  
 Governador do Estado  
**JUSTIFICATIVA**

O objetivo primacial da alteração legislativa é flexibilizar a regra de substituição da Chefia de Cartório ou de Secretaria do foro nas diversas unidades jurisdicionais catarinenses.

Cumprindo esclarecer, inicialmente, que, da forma como está redigido o dispositivo em questão, os servidores que não ocupam cargo de nível médio não poderão ser designados para substituir as aludidas chefias, seja no caso de ausência de titular, de cargo vago ou de inexistência de cargo de Analista Jurídico ou Analista Administrativo na comarca.

Tal situação poderá trazer prejuízos ao serviço forense, principalmente em comarcas de entrância inicial, as quais, pelo tamanho reduzido de seu quadro de pessoal, por vezes não dispõem de servidores de nível médio suficientes para responderem por todas as funções.

Ademais, diversos servidores ocupantes de cargos de nível fundamental estão há muito tempo designados para tais chefias e, apesar da larga experiência e do muito que já contribuíram, não poderiam ser mais aproveitados.

Por essas razões, propõe-se que a substituição nas Chefias de Cartório e de Secretaria do Foro possam ocorrer por servidor efetivo, preferencialmente ocupante de cargo nível médio e portador de diploma de curso superior.

Desse modo, na falta de servidor ocupante de cargo de nível médio, servidores investidos em outros cargos efetivos poderiam responder, interinamente, pelas funções de Chefia de Cartório e Chefia da Secretaria do Foro.

Assim, encaminha-se o projeto de lei complementar à Augusta Assembléia Legislativa para análise e debate acerca da alteração pretendida.

Florianópolis, 13 de outubro de 2008.

**FRANCISCO José Rodrigues de OLIVEIRA FILHO**  
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 033/08**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete da Presidência**

Ofício n. 1050/2008 GP

Ref.: Envio de Projeto de Lei Complementar

Florianópolis, 17 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO CESAR GARCIA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**NESTA**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, Projeto de Lei Complementar que "dá nova redação aos arts. 9º e 14 da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, que regula a gratuidade de atos praticados pelas serventias extrajudiciais, institui o Selo de Fiscalização e estabelece outras providências", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte na sessão de 15 de outubro.

No ensejo, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

**FRANCISCO José Rodrigues de OLIVEIRA FILHO**  
**PRESIDENTE**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 22/10/08*

LEI COMPLEMENTAR Nº 0033.5/2008

Dá nova redação aos arts. 9º e 14 da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, que regula a gratuidade de atos praticados pelas serventias extrajudiciais, institui o Selo de Fiscalização e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 9º e 14 da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Do total arrecadado pelo Tribunal de Justiça na aquisição dos selos de fiscalização pelas serventias extrajudiciais, deduzido o percentual de até 20% (vinte por cento) referente aos custos de pessoal, implantação de sistema informatizado, materiais necessários à prestação do serviço e respectiva manutenção, fiscalização e atividades correicionais, serão ressarcidos todos os serviços extrajudiciais gratuitos praticados nos termos da legislação vigente, tudo detalhado em planilha financeira elaborada por setor técnico da Corregedoria-Geral da Justiça.

"(...)

"§ 3º Se a arrecadação do respectivo mês se revelar insuficiente para ressarcimento de todos os atos gratuitos praticados no mês, o pagamento será feito na proporção dos recursos, com prioridade aos serviços do registro civil.

"§ 4º Se o líquido do arrecadado superar o total indenizável e a ajuda de custo prevista no art. 14 desta lei, o superávit será utilizado para resgate de eventual déficit de meses anteriores, e o excedente poderá ser utilizado, a critério do órgão gestor, para as finalidades previstas no art. 2º da Lei n. 8.067, de 17 de setembro de 1990, com a redação da Lei Complementar n. 279, de 27 de dezembro de 2004."

"(...)

"Art. 14 Será repassada, além do ressarcimento pelos atos gratuitos, ajuda de custo mensal:

"a) no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial.

"b) no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial.

"c) no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede.

"§ 1º O benefício previsto neste artigo advirá da receita obtida com os Selos de Fiscalização e será devido a partir de 1º de janeiro de 2009, cabendo ao Conselho da Magistratura a adoção de critérios para o procedimento e a segurança do repasse.

"§ 2º..."

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, observada a vacância inserida ao art. 14, § 1º, da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis,

Luiz Henrique da Silveira  
 GOVERNADOR DO ESTADO

**JUSTIFICATIVA**

As alterações propostas objetivam compatibilizar a receita resultante da aquisição dos selos de fiscalização pelas serventias extrajudiciais com as despesas de pessoal, implantação de sistema informatizado, materiais indispensáveis à adequada prestação do serviço, manutenção, fiscalização e atividades correicionais, a par do ressarcimento de todos os serviços extrajudiciais gratuitos praticados nos termos da legislação vigente.

Por outro lado, em face da importância dos atos do registro civil, realizados pelos tradicionais Cartórios de Paz, autênticos Cartórios da cidadania, presentes em todos os municípios e distritos do Estado, faz-se indispensável a redefinição de critérios para que, nas localidades em que as atividades são menos intensas, seja assegurada a ajuda de custo para que possam ser adequadamente prestados os valiosos serviços.

Propõe-se, portanto, a redefinição do art. 14 da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, cuja redação atual foi-lhe atribuída pela Lei Complementar n. 408, 8 de maio de 2008, majorando-se os valores anteriormente estabelecidos, em virtude da necessidade constatada em certas serventias.

Em decorrência da escassez de dados precisos para implementação dos critérios anteriores, fixados com base na população abrangida, verificou-se a pertinência de ajustá-lo às características das atividades do Poder Judiciário na localidade em que se encontram, tendo em vista que a este cabe a fiscalização dos serviços extrajudiciais.

Destarte, definem-se como novos valores para a ajuda de custo, compatíveis com a realidade financeira do total arrecadado e prevendo-se iminente acréscimo decorrente do art. 14, § 2º, da Lei Complementar n. 175/98: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) para as localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para aquelas localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, que adquiriram, no ano anterior, número de selos de fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) da quantia referente ao Registro Civil da respectiva sede.

O mesmo auxílio é dirigido, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial, que apresenta as mesmas dificuldades das referidas escriturarias de paz.

A razão para excepcionar os distritos localizados no município sede das Comarcas Instaladas, justifica-se pelo volume que, em diversas hipóteses, é insuficiente para permitir a manutenção da Escrituraria de Paz, imprescindível para a população local.

No tocante às Comarcas Não-Instaladas, tem-se a exegese do art. 3º, IX, da Lei Complementar n. 339, de 8 de março de 2006, ao definir que todos os municípios catarinenses são Comarcas, embora alguns ainda aguardem sua instalação, fazendo-se necessário o auxílio pela mesma razão da hipótese anterior.

Com as modificações propostas, será viável um melhor aproveitamento da receita decorrente dos Selos de Fiscalização, assegurando melhorias no funcionamento e acompanhamento dos serviços extrajudiciais.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2008****TRIBUNAL DE JUSTIÇA****GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

OFÍCIO Nº 1065/2008 GP

Ref. Envio de Projeto de Lei

Florianópolis, 21 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor

Deputado JÚLIO CESAR GARCIA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentado-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, Projeto de Lei Complementar que "altera a redação da Lei complementar nº 339, de 08 de março de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte na sessão de 17 de setembro.

No ensejo, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração

FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 22/10/08

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº, de de 2008**

Altera a redação da Lei Complementar nº 339, de 08 de março de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica incluído o art. 23A à Lei Complementar nº 339, de 08 de março de 2006, com a seguinte redação:

"Art. 23A. Juizes de direito de Entrância Especial poderão ser designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça para exercer a função de Juizes-Corregedores, com exercício na Corregedoria-Geral da Justiça, e a de Juizes-Assessores, com exercício na Presidência, na Primeira Vice-Presidência e em órgãos especificados por Resolução do Tribunal Pleno, neste caso vinculados à Presidência, observado o quantitativo definido em Ato Regimental.

§ 1º A designação depende de prévia indicação do Corregedor-Geral da Justiça, quanto aos Juizes-Corregedores, e do Primeiro Vice-Presidente, quanto aos Juizes-Assessores com exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência, bem como cessará em razão de dispensa, mediante solicitação da autoridade que o indicou, se for o caso, e, ainda, automaticamente:

I - para Juiz-Corregedor, com o término do mandato do Corregedor-Geral que o indicou;

II - para Juiz-Assessor, com o término do mandato:

a) do Primeiro Vice-Presidente que o indicou, se em exercício na Primeira Vice-Presidência; ou

b) do Presidente do Tribunal de Justiça que o designou, nos demais casos.

§ 2º ao cessar a designação para a função, o Juiz poderá ser a ela reconduzido apenas uma vez

§ 3º O Magistrado designado para a função de Juiz-Corregedor ou de Juiz-Assessor terá direito ao equivalente a uma remuneração, a título de ajuda de custo, ao:

I - assumir a função, desde que não provenha da comarca da Capital;

II - deixar a função, desde que não permaneça na comarca da Capital.

§ 4º A designação deverá recair, preferencialmente, sobre os magistrados mais antigos na carreira."

Art. 2º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos Juizes-Assessores e aos Juizes-Corregedores atualmente em exercício.

Florianópolis, de outubro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA

Consoante o estudo promovido pela Coordenadoria de Magistrados do Tribunal de Justiça no processo nº 315516-2008.1, imperiosa faz-se a regulamentação do exercício das funções de Juizes-Corregedores e Juizes-Assessores dos Gabinetes da Presidência e da Primeira vice-Presidência, no âmbito do Judiciário catarinense, alinhando as normas de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina às outras Unidades da Federação.

A lacuna legislativa ora verificada permite que os magistrados ocupem esses cargos de forma ininterrupta, permanecendo afastados das funções judicantes por tempo indeterminado.

Situações análogas já haviam recebido o tratamento adequado na Lei complementar nº 339, de 08 de março de 2006, que definiu, em seus arts. 38 e 47, o período de exercício e os magistrados que poderão desempenhar, respectivamente, as funções de Diretores do Foro e de membros das Turmas de Recursos Cíveis e Criminais.

Com essas providências, será possível assegurar a um número maior de magistrados o exercício de cargos administrativos no Tribunal de Justiça, além de evitar, por meio da rotatividade, que as unidades do 1º Grau de jurisdição permaneçam longos períodos desprovidas de Juiz titular, o que eventualmente pode acarretar transtornos.

Procura-se, também, valorizar a antiguidade na carreira e a experiência, tudo em proveito da Instituição, restringindo a designação aos magistrados da Entrância Especial com mais tempo de magistratura.

Por fim, no que se refere à ajuda de custo aos juizes oriundos de outras comarcas que não a da Capital, escolhidos para o exercício dessas funções, trata-se de medida de extrema justiça para com aqueles que, muitas vezes em detrimento do convívio de seus familiares, terão que se deslocar para outro município, ali residindo, a fim de prestar relevantes serviços ao Poder Judiciário de Santa Catarina.

Assim sendo, submetete-se a proposta para a deliberação da Augusta Assembléia Legislativa Legislativa, com vista à implementação de medidas que, certamente, contribuirão para o aperfeiçoamento da administração da Justiça catarinense.

\*\*\* X X X \*\*\*